

Seis distribuidoras, 29% do território Privatizar Eletrobrás vai provocar tarifaço, denuncia Ildo Sauer

Alan Santos - ABr



PF ouve mais 5 sobre caso que liga propina em portos a Temer

A Polícia Federal ouviu na terça e quarta-feira, em São Paulo, mais cinco testemunhas no inquérito dos portos, que apura se Michel Temer (PMDB) editou, em 2017, um decreto a fim de favorecer empresas portuárias em troca de propina. Foi ouvido o advogado Flávio Calazans, que, em delação premiada, disse que seu escritório foi usado para lavar dinheiro de propina para Milton Lyra, apontado como operador do PMDB. **Página 3**

Marcello Casal - ABr



Juiz alega que lei de 2013 (Dilma) permite que o crime prossiga

Tudo “processo de privatização de empresas desse tipo [distribuidoras] levaram à piora da qualidade dos serviços de energia e aumento extraordinário dos preços [tarifas]. Além do mais, pelo que se sabe da legislação aprovada ago-

ra, grande parte do prejuízo existente e alguns futuros serão assumidos pelo poder público”, afirmou ao HP o vice-presidente do Instituto de Energia e Ambiente (IEA) da USP, Ildo Sauer, ao analisar o processo de privatização das seis distribuidoras controladas pela Eletrobrás. **Página 3**

Após 100 dias preso por roubo, Lula repete as mesmas mentiras

Para Rosa, TSE não pode negar registro que não foi ainda pedido

Presidente do TSE, ministra Rosa Weber, rejeitou pedido do MBL para negar candidatura de Lula antes do registro oficial ser solicitado. **Pág. 3**



O vídeo “inédito” de Lula, que o PT lançou nos seus 100 dias de prisão, tem a sensacional característica de ser perfeitamente igual a todas as mensagens e discursos de Lula, desde que se descobriu que ele era um ladrão do dinheiro do povo. Disse ele que, se os juízes examinarem o mérito de seu processo e

descobrirem “meio crime”, ele acatará “com todo o respeito” a decisão. A PF, os procuradores, o juiz Moro e os desembargadores do TRF-4 fizeram isso durante quase dois anos. E acharam dois crimes: corrupção passiva e lavagem. Nem por isso Lula acatou a decisão. Além de ladrão, tornou-se um mentiroso patológico. **Pág. 3**

Odebrecht aceita pagar multa de R\$ 21 milhões a SP por propina que pagou a Kassab na prefeitura

A Justiça de São Paulo homologou o acordo no qual a empreiteira Odebrecht pagará uma multa de R\$ 21,3 milhões à Prefeitura de São Paulo por entregar o mesmo montante para o ex-prefeito Gilberto Kassab (PSD). Segundo a dela-

ção da empreiteira, o dinheiro foi repassado para a manutenção de um bom relacionamento com o prefeito. Durante a sua gestão (2006 e 2012). Após sair da Prefeitura, ele assumiu o ministério das Cidades durante o governo Dilma. **Pág. 4**

Presidente da Embraer diz que com venda para Boeing não vai poder garantir nenhum emprego

Em reunião entre a direção da Embraer e os sindicatos dos metalúrgicos de São José dos Campos, Araraquara e Botucatu, que foram reivindicar a inclusão de uma cláusula de manutenção dos empregos de-

pois da possível venda à Boeing, o presidente da empresa, Paulo Cesar Souza e Silva, afirmou que não poderá garantir os empregos, reforçando as denúncias de que haverá desativação de produção no Brasil. **Pág. 4**

Imigrante boia 48h com dois mortos depois de Guarda rasgar o seu bote

“Quanto tempo mais teremos que lidar com assassinos alistados pelo governo italiano para matar?”, denunciou o fundador da organização humanitária espanhola Proactiva Open Arms, que resgatou uma camaronesa que ficou à deriva por dois dias, no Mediterrâneo. **Pág. 6**



AFP



Há 1 século nascia Madiba!

Mandela ficou 27 anos preso porque se recusou a trair e se curvar aos poderosos

Neste dia 18, a África do Sul celebrou o centenário de nascimento de Nelson Mandela, principal líder da batalha contra o apartheid, regime que em 1948 ins-

creveu em lei a segregação racial contra os negros, que compunham quase 80% da população do país. Ele comandou a luta contra o apartheid durante 70 anos, dos quais

sofreu prisão por 27 sem abrir mão dos princípios e das responsabilidades que a vida lhe colocou. Eventos em escolas, universidades e centros comunitários marcaram a data.

A Cúpula da União Africana, realizada em janeiro, na Etiópia, decidiu dedicar o ano de 2018 a Mandela ou Madiba, como carinhosamente o povo o chamava. **Página 6**

Carteiros não aceitam a redução do salário real

Pág. 5



Fila por emprego em SP, na segunda (16)

Indústria paulista fecha mais 11,5 mil vagas de emprego em junho

A indústria do Estado de São Paulo teve um saldo negativo entre admissões e demissões no mês de junho, num total de 11,5 mil postos de trabalho fechados. Em maio, o saldo já havia sido negativo com 3.500 postos de trabalho a menos. Os dados sobre o Nível de Emprego no Estado foram divulgados pela Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), nesta terça-feira (17).

Em junho de 2017, também houve queda no nível de emprego da indústria, com um total de 9.500 vagas fechadas. No acumulado do semestre o saldo ainda é favorável em 17 mil vagas, o que ainda não repõe os 35 mil postos de trabalho fechados em 2017.

“Esse junho foi pior, em termos de empregabilidade para a indústria paulista, do que o mês de junho do ano passado. Algumas variáveis políticas e econômicas estão influenciando fortemente alguns setores importantes, como o alimentício, por exemplo, que sofreu uma forte perda de postos de trabalho”, enfatiza o presidente em exercício da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho.

Entre os 22 setores pesquisados, quatro ficaram positivos, dois estáveis e 16 negativos. Produtos alimentícios teve o maior número de encerramento de vagas num total de 2.910, confecção de artigos do vestuário e acessórios (-2.377) e produtos de borracha e de material plástico (-1.160).

Das 36 diretorias regionais pesquisadas, 31 delas apresentaram fechamento de vagas. Jaú (-4,43%), Matão (-2,96%) e Santa Bárbara D'Oeste (-2,29%) apresentaram os maiores percentuais negativos.

Pedidos de recuperação judicial crescem 10% no primeiro semestre

Os pedidos de recuperação judicial, no primeiro semestre de 2018, aumentaram em 9,93% em relação ao mesmo período 2017. Em junho deste ano, os pedidos acumulavam o número de 753 solicitações. No ano passado atingiram 658, conforme dados da Serasa Experian.

O número de recuperações judiciais acompanha bastante de perto a trajetória da economia. De 2010 para cá, o comportamento nos primeiros semestres, também observável

no acumulado dos anos, demonstra um enorme aumento dos pedidos.

Em 2010 eles foram 208, em 2011 um total de 239. Em 2012/13 a média dobra para 427, nos dois anos seguintes (2014/15), sobe mais um pouco e fica com 453, explodindo nos primeiros semestres de 2016 e 2017 para uma média 804. Neste ano tivemos 753 pedidos.

A recessão imposta por Dilma e Temer, a partir de 2014, aumentou vertiginosamente as recuperações judiciais.

“Beneficiários nesse processo de privatização, certamente, não serão os consumidores”

Sauer: entregar distribuidoras vai piorar serviço e elevar as tarifas



Cepisa, uma das 6 distribuidoras que atendem 13 milhões de brasileiros

Governo promete mais uma alta de até 3,86% na conta de luz

A conta de luz poderá ser aumentada em até 3,86%. O mais novo aumento de energia do governo Temer, aprovado na última terça-feira, 17, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), é consequência do reajuste de 45,52% na receita anual de geração de 69 usinas hidrelétricas que atuam no regime de cotas. A elevação média nas tarifas de energia para o consumidor será de 1,54%.

A receita anual de geração dessas empresas vai passar de R\$ 5,459 bilhões para R\$ 7,944 bilhões. A nova tarifa dessas usinas, com tributos, passa de R\$ 64,62 por megawatt-hora (MWh) para R\$ 101,18 por MWh.

O impacto da medida nas contas de energia dos consumidores brasileiros, que podem variar entre 0,02% e 3,86%, depende da data do reajuste aprovado pela Aneel e da quantidade de cotas, isto é, do volume de energia que cada distribuidora compra das hidrelétricas. O volume de cotas de cada distribuidora representa,

em média, 22,64% dos contratos de energia das concessões.

O governo Temer tem autorizado uma série de aumentos nas contas de energia nos últimos meses para aumentar os lucros das distribuidoras, em sua maioria privatizadas e em parte estrangeiras, que vão desde reajustes tarifários anuais previstos nos contratos até equiparação de ganhos pelo uso das termoeletricas, onde o custo da energia é maior do que das hidroelétricas.

Neste mês e no mês passado, a Aneel autorizou um aumento médio de 15,84% nos preços praticados pela AES Eletropaulo, de 16% para Copel do Paraná, 8,8% para a Companhia Energética de Brasília (CEB) e 13,3% para a Energisa (MG).

O regime de cotas foi criado em 2012 através da Medida Provisória (MP) 579, editada pela então presidente Dilma Rousseff (PT). O objetivo da MP era de permitir a renovação automática das concessões de usinas hidrelétricas por mais 30 anos e impor “tarifas”

insignificantes às usinas da Eletrobrás, para tentar vender essa energia só pelo custo de operação e manutenção, sem valorizar o capital investido.

A medida causou prejuízo à Eletrobrás, e beneficiou empresas privadas do setor de energia que não foram obrigadas a vender energia abaixo do preço de custo. Nesse contexto, a Eletrobrás celebrou contratos em onde se comprometia a vender energia elétrica a R\$ 10 o megawatt hora (MWh), preço 92,5% menor do que a média de R\$ 120 praticada pelo setor hidrelétrico.

O interesse de Dilma Rousseff na época era de propagandear uma pequena redução nas contas de luz que veio em 2013. Esta redução foi consumida logo após sua reeleição em 2014, através de um “tarifaço”, a conta de luz aumentou em média 51% no país, em 2015. Este reajuste revela que, além do enorme prejuízo à Eletrobrás, é o consumidor quem está pagando por mais esse crime.

ANTONIO ROSA

Couri do Simpi: cenário da crise é de destruição do mercado interno

O presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpi), Joseph Couri, considera que a economia do país está passando por um dos “piores momentos” de sua história.

Segundo o empresário, a situação é de destruição do mercado interno. “Uma recessão muito forte que vinha vindo e que chegou ao ponto onde nós estamos, um dos piores momentos: com o desemprego crescente desde 2014 para cá, com fechamento de empresas, com risco de mais empresas fechando, ou seja, a destruição do mercado interno”.

Na outra ponta, diz Couri, “a elevação dos custos, a importação de produtos substituindo a produção nacional, somado a inviabilidade de acesso ao crédito, com taxas de juros extremamente elevadas, com garantias extremamente rígidas”, inviabilizam os investimentos do setor. “Então, nós estamos numa paralisia, ao invés de estarmos num ciclo virtuoso de crescimento, nós estamos cada vez mais



“Estamos cada vez mais aprofundando o buraco”

aprofundando o buraco”, declarou em entrevista à GloboNews.

Segundo pesquisa de junho do Simpi, mais da metade dos empresários das micro e pequenas indústrias, exatamente 64%, temem pelo futuro de suas empresas. A busca por financiamento caiu de 16% em janeiro para 10% em junho e cerca de 43% dos empresários que pediram empréstimos não conseguiram. Outros 21% nem resposta receberam, um total de 64% sem condições de investir ou de manter suas empresas nesse período de grave crise econômica.

Para 43% dos entrevistados, as altas taxas de juros encarecem o custo do

empréstimo.

A inadimplência, que atingia 37% dos empresários em maio, subiu para 42% em junho.

“Tivemos e estamos tendo dificuldade de acesso ao crédito”, declarou o produtor de porcas e parafusos, o empresário Humberto Gonçalves. “Há uma grande dificuldade. Já vinha em dificuldade nos anos anteriores, mas tínhamos uma expectativa de que 2018 seria um ano de retomada, de crescimento da produção”.

“Infelizmente tive que cortar, hoje, 10% do nosso quadro. Uma pessoa, um pai de família. É muito triste”, disse o empresário Gonçalves à reportagem.

Para vice-presidente do Instituto de Energia e Ambiente (IEA) da USP, “esse governo Temer, de gente sem escrúpulo, está totalmente acabado. Tudo vai ter que ser revisto depois”

“Todo processo de privatização de empresas desse tipo [distribuidoras] levaram à piora da qualidade dos serviços de energia e aumento extraordinário dos preços [tarifas]. Além do mais, pelo que se sabe da legislação aprovada agora, grande parte do prejuízo existente e alguns futuros serão assumidos pelo Poder público”, afirmou ao HP o vice-presidente do Instituto de Energia e Ambiente (IEA) da USP, Ildo Sauer, ao analisar o processo de privatização das seis distribuidoras controladas pela Eletrobrás.

Segundo o professor Sauer, “não há necessidade nenhuma de vender essas empresas. O que tem de ser feito é sanear a gestão delas. Um dos piores exemplos de má gestão era a Cemar do Maranhão. Foi privatizada, passou para um grupo financeiro e hoje dá lucro porque houve reajuste das tarifas e o governo federal assumiu o prejuízo”, disse.

O pretexto do governo Temer para a privatização é que essas distribuidoras dão prejuízo e que o serviço está ruim. De acordo com o governo, as seis distribuidoras acumularam prejuízo de R\$ 4,5 bilhões em 2017. “Isso aconteceu porque essas distribuidoras foram instrumento político-partidário, em todos os governos. Esse é o problema. Estão dizendo agora que vão resolver o problema com a privatização. Só que o governo federal vai assumir o prejuízo”, disse Sauer, acrescentando que “em nenhum lugar do mundo um sistema essencial para a vida das pessoas dá prejuízo”.

De acordo com o professor da USP, “o fato é que estão privatizando não é porque elas deram prejuízo, deliberadamente construído pelos próprios políticos, mas porque há interesse em favorecer grupos diante de certos acertos, que depois serão descobertos”.

Para Sauer, a privatização das distribuidoras é uma manobra do governo, “ilegítimo, composto por gente sem escrúpulo, para atacar o interesse público. Esse governo não pode fazer nada. Tudo vai ter de ser revisto depois”.

As seis distribuidoras do Norte e Nordeste do país - Amazonas Energia (AM), Boa Vista Energia (RR), Cepisa (PI), Ceal (AL), Ceron (RO) e Eletroacre (AC) - atendem mais de 13 milhões de brasileiros em 29% do território nacional.

E um mercado cativo. Um tremendo filé mignon. Tanto assim, que a italiana Enel – que recentemente adquiriu a Eletropaulo – já manifestou desejo em comprar duas. “Sobre as distribuidoras da Eletrobrás, já compramos uma que foi vendida [ex-Celg, de Goiás]. Agora existem seis. Dessas seis, talvez duas nos interessem”, frisou Francesco Starace, principal executivo mundial da Enel, em entrevista ao jornal Valor Econômico. O grupo italiano já havia empalmado a Coelce, atual Enel Distribuição Ceará.

“O governo Temer tem prazo de validade, está totalmente acabado. Por que tanta pressa em vender se isso não vai resolver nada, nem neste governo, nem no próximo? Está no ar ainda a pergunta quem serão os beneficiários nesse processo de privatização. Certamente, não serão os consumidores. Por que não deixar para o próximo governo resolver essa questão?”, questionou Sauer.



Professor Ildo Sauer

Na terça-feira (17), o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), desembargador André Pontes, suspendeu a liminar que impedia o leilão das seis distribuidoras pelo governo Temer em fim de feira.

A liminar que impedia a entrega das distribuidoras - ajuizada pela Associação dos Empregados da Eletrobrás (AEEEL) – foi concedida pela 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Segundo o TRF-2, “o mérito ainda será julgado pela primeira instância”.

De acordo com a nota do TRF-2, o desembargador suspendeu a liminar com base na “Lei nº 9.491, de 1997, que versa sobre o Programa Nacional de Desestatização – PND”. E acrescentou que a privatização das distribuidoras de energia “é prevista pela Lei nº 12.783, de 2013”. Ou seja, sancionada por Dilma Rousseff.

Em “Comunicado relevante”, publicado na quarta-feira (18) em seu site, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) avisou sobre a retomada do cronograma de privatização da Companhia Energética do Piauí (Copisa), marcada para o próximo dia 26 e que o leilão da Companhia Energética de Alagoas (Ceal) está suspenso por decisão judicial. As outras quatro distribuidoras têm leilão marcado para o dia 30 de agosto.

Em relação à Cepisa, desde Madri, o ministro do Planejamento, Esteves Collnago, declarou que há “vários grupos” interessados em sua compra, inclusive espanhóis.

No início de julho, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 10.332/18 de privatização das distribuidoras, mas precisa ainda ser analisado pelo Senado.

Por seu turno, no final de junho, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski concedeu liminar proibindo a privatização de empresas públicas, sociedades de economia mista, subsidiárias e controladas sem aval do Congresso Nacional.

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia destacou que a privatização das distribuidoras é “prioridade número um, assim como a cessão onerosa [projeto de lei aprovado na Câmara que tira 70% da Petrobrás em área do pré-sal cedida pela União]”. “Temos dito ao Congresso: se vocês não aprovarem esse PL, vamos ter que liquidar”.

Com a privatização das distribuidoras, Temer pretende acelerar a entrega de todo o Grupo Eletrobrás ao capital estrangeiro.

VALDO ALBUQUERQUE

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@vahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Uéslei Marcelino/Reuters

Senador do PSDB-MG, Aécio Neves Aécio é investigado por propina na construção da Cidade Administrativa

A Polícia Federal investiga a suspeita de que duas empresas tenham sido usadas para desviar recursos da construção da Cidade Administrativa, sede do governo de Minas Gerais em Belo Horizonte, para campanhas do então governador Aécio Neves (PSDB). A obra, orçada em R\$ 900 milhões, custou mais de R\$ 1,8 bilhão, segundo cálculos do Tribunal de Contas do Estado.

O esquema de desvio dinheiro foi denunciado pelo ex-diretor superintendente da Odebrecht em Minas Gerais, Sérgio Neves, em acordo de colaboração premiada com a Justiça no final de 2016.

Segundo o depoimento de Sérgio Neves, o então presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais, Oswaldo Borges, determinou que 3% de um contrato de R\$ 360 milhões com as empresas Odebrecht, Queiroz Galvão e a OAS iriam para futuras campanhas políticas do tucano.

O ex-executivo da Odebrecht relatou que Borges intermediou o esquema antes mesmo da licitação. “Ele determinou que adicionalmente nós deveríamos contemplar duas empresas locais”, disse Sérgio Neves.

As duas empresas, denominadas Cowan e a Alicerce, foram subcontratadas, mas não prestaram qualquer serviço. “Custou R\$ 5 milhões no contrato. Fizemos um contrato para a prestação de serviço de R\$ 5 milhões fictícios. (...) Fictícios, sem a prestação de serviço com a Cowan e R\$ 2,6 milhões com a Alicerce, um contrato de consultoria sem a prestação de serviços”, contou o colaborador.

Em uma nota fiscal da Cowan de R\$ 4,6 milhões, por exemplo, estão relacionados vários equipamentos, como guindastes e caminhão betoneira, que teriam sido locados para o consórcio. Um documento da Alicerce, no valor R\$ 608 mil, se refere a prestação de serviços de consultoria.

O depoimento de outro executivo da Odebrecht, Carlos Berardo Zaeyen, que era o responsável pelos contratos do consórcio, reforça as suspeitas. Ele disse à PF que não tem conhecimento de prestação de serviços da Alicerce e nem da utilização de equipamentos da Cowan na Cidade Administrativa.

General nega que vá ser vice de Bolsonaro

O general Augusto Heleno negou, na quarta-feira (18), que será vice de Jair Bolsonaro. O nome de general foi citado no dia anterior pelo pré-candidato do PSL, indicando que ele poderia ser anunciado como vice da sua chapa.

Porém, menos de um dia depois, o PRP – partido de Heleno – decidiu negar o possível convite para a vice de Bolsonaro. O militar confirmou ao jornal “Folha de S. Paulo” que conversou com os dirigentes da legenda sobre ser o vice na chapa e ficou decidido que não é de interesse da sigla,

por não “acrescentar tempo de TV”.

“Depende de deputados federais. O vice não acrescenta tempo de TV. Essa candidatura não é atraente para os diretórios estaduais do partido”, disse o general. Essa não é a primeira vez que o PSL recebe uma negativa para a vaga de vice. Na última semana, no dia 11, o senador Magno Malta (PR-ES), também citado como opção, negou que estaria ao lado do pré-candidato nas eleições 2018. Sem muitas justificativas, Malta disse que irá tentar reeleição no Senado.

“Se for consumado, eu vou desfazer o acordo da Embraer com a Boeing”, adverte Ciro

O ex-ministro Ciro Gomes, pré-candidato do PDT à presidência da República, informou que enviou uma carta às diretorias da Embraer e da Boeing, orientando as duas empresas para que o acordo de fusão celebrado entre elas seja suspenso.

“Esse acordo feito no estertor de um governo e na iminência de 84 dias de uma eleição presidencial é clandestino e absolutamente ameaçador da segurança nacional brasileira. Portanto, ele não deveria ser consumado, e, se for, tem que ser desfeito”, afirmou o pedetista, na terça-feira (17), durante encontro com empresários da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), em São Paulo.

Ciro disse que recomendou às diretorias da Embraer e da Boeing que o negócio não seja consumado até a posse do presidente da República que será eleito em outubro, pois não vê uma possibilidade “saudável” de acordo.

O presidencialista citou o segmento de defesa desenvolvido pela fabricante nacional de

aviões como uma das áreas estratégicas para o desenvolvimento do país.

“A Embraer, por conta do governo, desenvolveu uma joia tecnológica, que é um avião chamado KC-390. Esse avião está na fase final de homologação dos testes. Ele já tem uma fila de encomenda que sinaliza um mercado de US\$ 20 bilhões”, destacou.

O pré-candidato divulgou o conteúdo da carta nesta quarta-feira (18). No documento, ele denuncia que o acordo pelo qual a Boeing comprou 80% da principal unidade de negócios da empresa brasileira é “hostil aos interesses do povo brasileiro”. “A Embraer é uma empresa de forte conteúdo nacional e de grande importância para a segurança de nosso país”, diz o texto.

O político chama a negociação de “mutilação” da Embraer e acredita que, ainda que o setor de defesa não entre na fusão com a empresa americana, o negócio “acabará com a sinergia e as vantagens comparativas necessárias para a impulsão do que restará da Embraer a novos patamares”.

Em vídeo, Lula volta a ofender PF, Justiça e MP com mentiras



Reprodução/Video/ PT

Fez cara de inocente e de perseguido no vídeo dos seus 102 dias de prisão PF ouve testemunhas do caso do decreto dos portos e da propina para Michel Temer

A Polícia Federal ouviu na terça-feira (18), em São Paulo, mais duas testemunhas no inquérito dos portos, que apura se Michel Temer (PMDB) editou, em 2017, um decreto para favorecer empresas portuárias em troca de propina, entre as quais a Rodrimar.

O primeiro a depor foi o advogado Adalberto Calil, que trabalhou no grupo da transportadora Júlio Simões por quase 30 anos. A investigação quer saber como foi a participação do grupo, que é dono da empresa JP Tecnolimp, com a Companhia de Docas do Estado de São Paulo (Codesp), estatal que administra o Porto de Santos.

JP Tecnolimp, que atua em serviços de limpeza, teve um contrato no valor

de quase R\$ 60 milhões com a Codesp, por um período de 15 anos. A PF suspeita que a empresa tenha como sócia oculta da Eliland do Brasil, apontada como firma de fachada usada por João Baptista Lima Filho, amigo de Temer, para “receber recursos indevidos de empresas do setor portuário”.

Operador de Temer, Lima é apontado na colaboração premiada à Justiça da JBS como intermediário de R\$ 1 milhão de propina do peemedebista, vice de Dilma Rousseff.

O delegado Cleyber Malta Lopes, que conduz o inquérito, quer saber se o grupo Júlio Simões, por meio da JP Tecnolimp, realizou pagamentos indevidos para a Argeplan, empresa que pertence a Lima, ainda

que de forma oculta.

Outra testemunha interrogada foi o advogado Gabriel de Carvalho Jacintho, suspeito de ter aberto a Eliland a pedido da Argeplan.

Os depoimentos continuaram na quarta-feira (18). Cleyber Lopes ouviu dois executivos do grupo Pérola, que atua no Porto de Santos, além do advogado Flávio Calazans.

O primeiro depoimento foi de Ronaldo Torres, diretor financeiro do grupo Pérola, que foi intimado a depor depois que Flávio Calazans disse, em colaboração premiada, que seu escritório foi usado para lavar dinheiro de propina para Milton Lyra, apontado como operador do PMDB. *Leia mais em www.horadopovo.org.br.*

Meirelles não mostra, mas alardeia que tem uma “vasta maioria” do MDB lhe dando apoio

O banqueiro Henrique Meirelles afirmou, na quarta-feira (18), que vai usar sua campanha para defender os resultados do governo Michel Temer. A jura de fidelidade a Temer não podia ser mais desastrosa para sua pretensão. Há quem avalie que deve ser por isso que ele não pontua nas pesquisas eleitorais. Temer tem míseros 3% de aprovação. Pelo visto, nem essa meia dúzia de aloprados que apoiam Temer querem Meirelles no Planalto.

O desastre na política econômica comandada pelo banqueiro, que cor-

tou direitos dos trabalhadores, que aumentou drasticamente a miséria no país, que afundou o Brasil na recessão e que jogou 27,7 milhões de pessoas no desemprego e no subemprego, é outro fator a jogar água no chope de seus planos eleitorais.

O quiprocó está armado dentro do partido. A resistência ao nome do ex-funcionário da Friboi e ex-presidente do Bank Boston é total e irrestrita. Ele jura que tem a “vasta maioria” dos delegados à convenção e que vai financiar toda a campanha, mas, mesmo assim,

ninguém se empolga com a sua conversa.

A rejeição ao seu nome é tão evidente que, numa de suas atividades de pré-campanha pelo Rio Grande, há algumas semanas, ninguém por ali quis segurar a alça de seu caixão. “É uma piada um tanto de mau gosto, é verdade, mas é aquela história. Por que não dá para levar o jegue para o coral? Porque o jegue não canta!”, comparou um deputado, em alusão à falta de carisma de Meirelles.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

S. C.

João Goulart: “é preciso reverter todas as privatizações em curso”

O ex-deputado João Goulart Filho, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL), defendeu na quarta-feira (18), em entrevista ao HP, a interrupção dos processos de privatização em curso no país. “É um absurdo o que estão fazendo com nossas empresas estratégicas como a Eletrobrás e a Petrobrás. Na área de energia elétrica, estão querendo vender dez usinas pelo valor que é gasto para construir apenas uma usina”, denunciou.

“Mais grave do que entregar nossas hidrelétricas e distribuidoras a preço de banana, é entregar o controle de nossas águas doces para grupos estrangeiros”, alertou o

presidencialista. “A Eletrobrás foi idealizada por Getúlio e está inscrita no principal documento histórico deste país, a Carta Testamento. Ela só foi concretizada em 1962, no governo de meu pai, o governo João Goulart, e foi responsável pela nossa autonomia e a nossa capacidade de seguir desenvolvendo o país. É um crime entregar este patrimônio do povo e da nação ao capital estrangeiro”, destacou João Goulart Filho.

O presidencialista disse que pretende discutir esses temas com representantes das Forças Armadas. Ele lembrou que em 1964, “para que o golpe pudesse se concretizar foram cassados mais

de 7,5 mil militares”. “A maioria das Forças Armadas não concorda com a desnacionalização de nossa economia”, observou João Goulart. “Não acredito que os militares concordem com a entrega de nosso patrimônio como está ocorrendo hoje. Que nossa Amazônia seja internacionalizada. Que a nossa biodiversidade seja roubada por ONGs internacionais e que nosso petróleo seja levado por multinacionais”, ponderou. “Tenho certeza que os militares não concordam com a venda da Embraer para a Boeing, comprometendo nossa defesa e a nossa soberania”, acrescentou.

Continue lendo em www.horadopovo.org.br

“Não vou vender minha alma”, afirma Frejat ao desistir de candidatura no DF

O ex-deputado Jofran Frejat (PR/DF) desistiu de se candidatar ao Governo do Distrito Federal, após reclamar de pressões de políticos para dar um rumo à sua candidatura que ele não aceita. “Parece que algumas pessoas têm pacto com o Diabo. Eu não vou vender minha alma”, disse.

Frejat continuou: “Não vou fazer do meu governo um balcão de negócios. Prefiro ficar em casa”.

A desistência expôs uma guerra no partido pelo poder. Frejat esteve com o presidente nacional da legenda, Valdemar Costa Neto, e reclamou

do ex-governador do DF José Roberto Arruda. Disse que não aceita a interferência dele na campanha. Mas o presidente da sigla mostrou preferência por Arruda.

O ex-governador do DF, José Roberto Arruda, foi preso em 2010 na Operação Caixa de Pandora, por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), denunciado por corrupção, formação de quadrilha e falsidade ideológica. Ele voltou a ser preso em 23 de maio de 2017 na Operação Panatenaico, que investigou a organização criminosa que fraudou e desviou recursos das obras de

reforma do Estádio Mané Garrincha para Copa do Mundo de 2014.

Para Valdemar Costa Neto, a prioridade é garantir uma bancada forte de deputados federais. Ele acredita que a parceria com Arruda é estratégica nesse sentido. Na sua avaliação, o ex-governador do DF seria capaz de eleger dois representantes para a Câmara dos Deputados. “Todo dia sofro pressões muito grandes para fazer coisas que não quero. Não vou jogar meu nome na lama. Tenho história, um passado limpo. Não serei candidato a qualquer custo”, enfatizou Frejat.

Ele posou de vítima e fingiu que o mérito do seu processo não tinha sido julgado, quando o foi

O vídeo, lançado pelo PT na terça-feira, nos 100 dias de prisão de Lula, com uma sua mensagem “inédita”, gravada antes de ser conduzido à cadeia, tem a característica de ser igual a todas as mensagens e discursos de Lula, desde que se descobriu que ele era um ladrão do dinheiro e da propriedade pública. Em **nenhum** momento ele entra no mérito das acusações, em **nenhum** momento mostra ou menciona **uma só** acusação ou prova que seja mentira. No entanto, diz: “*Eu queria que eles julgassem o mérito do processo, o mérito da acusação contra mim, que lessem a defesa das acusações e encontrassem um crime que eu cometi. E aí eles poderiam me prender tranquilamente, e eu acataria com todo o respeito a decisão*”. E, depois: “*O dia que me provarem um meio crime que eu cometi nesse país, eu irei cumprir todas as decisões sem nenhuma preocupação*”.

O processo no qual ele foi condenado, não é sobre um meio crime. É sobre um presidente da República que recebia propinas de uma empreiteira – nesse caso, sob a forma de um triplex em uma praia badalada, um triplex reformado e adaptado para ele e sua família, inclusive com aparelhamento e mobília da cozinha e outras dependências, comprados pela empreiteira.

Lula e o PT, cada vez mais, estão reduzidos à sua própria mentira.

O que tornou mais grave o seu caso, é, exatamente, que se tratava de um presidente da República. Outros petistas – Palocci e José Dirceu, por exemplo – amealharam patrimônio à custa de propinas, à custa de roubar. Merecem, portanto, a condenação que receberam.

Mas Lula era presidente da República. Milhões de pessoas confiaram nele. Milhões, naturalmente, o consideraram um exemplo. Para, depois, descobrir que confiaram e votaram em alguém que se tornou um ladrão do dinheiro do país, um parasita do dinheiro das próprias pessoas que votaram nele.

O mérito (isto é, as provas de seus crimes) – ainda existem outros cinco processos – foi exaustivamente examinado no processo da propina do triplex (v. [Uma pequena compilação das provas contra Lula \(só no caso do triplex\)](#)).

A denúncia do Ministério Público, no dia 14 de setembro de 2016, tem 149 páginas descrevendo as provas. Depois de todos os interrogatórios, perícias, mensagens apreendidas e cotejamento de provas, quase um ano depois, a 12 de julho de 2017, a sentença do juiz Sérgio Moro, uma das mais minuciosas da história judicial brasileira, em 260 páginas, examinou o caso, ponto por ponto.

Depois disso, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), extensos votos de três desembargadores reexaminaram cada ponto – somente o voto do relator, Gebran Neto, tem 544 páginas.

Todos – e não mencionamos o inquérito da Polícia Federal e o parecer do procurador Maurício Gerum ao TRF-4 – não puderam concluir outra coisa, senão que Lula era um ladrão do dinheiro público, com a agravante de ser um presidente da República.

Diante dos ataques de Lula aos juízes, disse o desembargador Gebran Neto:

“Enfim, pessoas de várias classes sociais foram objeto de imputações. Não há nestes autos, porém, aqueles menos favorecidos. Não estamos tratando de pobres, miseráveis ou dos descamisados, que usualmente são os destinatários das ações penais no Brasil. (...) como demonstrado nos autos, o que atinge a democracia não é o processo penal e nem o julgamento daqueles que tiveram ou pretendem ter atuação política. É o uso de recursos ilícitos que a atinge, como ferramenta de subversão do processo democrático e de fragilização da participação igualitária no pleito eleitoral, pois contaminado por candidatos e agremiações financiados pelo

dinheiro da corrupção”.

O processo de Lula, pela propina do triplex, durou 16 meses, com ampla cobertura da imprensa e direito à defesa. Lula não contestou uma única prova, exceto uma tentativa de invalidar o depoimento do presidente da OAS, Léo Pinheiro, que aparece, em fotos, com o próprio Lula, **dentro do triplex**, examinando as obras.

Mas diz Lula que “*a única coisa que eu quero é que seja analisado o mérito do meu processo*”. Disse ele que, se provarem que cometeu algum crime “*eu acataria com todo o respeito a decisão*”.

Além de roubar dinheiro público, Lula tornou-se um mentiroso patológico. O “mérito” foi analisado amplamente e nem por isso ele acatou a decisão com respeito.

Aliás, depois da conspiração em que o PT usou um seu ativista, nomeado desembargador do TRF-4 por Dilma, que estava de plantão durante um fim de semana, para tentar soltar Lula, se existe algo de que eles não podem falar, é de respeito à Justiça. No entanto, diz Lula no vídeo, “*essa gente não pode ser pega todo dia com o show de pirotecnia, feita com prisões, com solta e prende e solta*”.

Quem promoveu um “solta e prende e solta e prende” foi o PT – e, claro, com o apoio de Lula.

Ele & sequazes não fazem outra coisa na vida, senão usar politicamente os processos da Lava Jato. O que provocou, recentemente, quando da visita de Renan Calheiros (que tem apenas 18 inquéritos abertos no STF), a réplica do procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, da força-tarefa da Lava Jato:

“Renan Calheiros não sabe o que diz quando afirma que Lula é preso político. É preciso repudiar essas tentativas de usar os processos da Lava Jato politicamente. Renan Calheiros ou desconhece o processo e as provas, ou conhece e prefere a versão que lhe garante o suporte dos eleitores de Lula no Nordeste. Tenho certeza que os eleitores são mais inteligentes que pensam alguns políticos”.

No entanto, diz Lula, no vídeo divulgado pelo PT, que “*não posso aceitar uma decisão política, porque um processo não pode ter conotação política*”.

Essa tentativa de transformar uma condenação por crimes comuns – corrupção passiva e lavagem de dinheiro roubado – em condenação política é apenas mentira (como sabe o leitor, seria uma obviedade dizer que o objetivo da mentira é esconder a verdade – mas assim é): receber propina para facilitar o assalto de uma empreiteira, a OAS, contra a Petrobrás, não é crime político.

A intimidade de Lula com o presidente da OAS, com o mandachuva da Odebrecht – e outros velhacos endinheirados – é algo sem paralelo, para um presidente, na história republicana.

Todo o caso foi bem resumido pelo relator do processo no TRF-4, desembargador federal João Pedro Gebran Neto:

“No caso em exame, trata-se de ex-Presidente da República que recebeu valores em decorrência da função que exercia e do esquema de corrupção que se instaurou durante o exercício do mandato, com o qual se tornara tolerante e beneficiário. É de lembrar que a eleição de um mandatário, em particular o Presidente da República, traz consigo a esperança de uma população em um melhor projeto de vida. Críticas merecem, portanto, todos aqueles que praticam atos destinados a trair os ideais republicanos, sem descuidar, por óbvio, que a corrupção aqui tratada está inserida em um contexto muito mais amplo e, assim, de efeitos perversos e difusos.

“A culpabilidade, de fato, é elevada.

“Infelizmente, e **reafirmo-se, infelizmente**, está sendo condenado um ex-Presidente da República, mas que praticou crime e pactuou, direta ou indiretamente, com a concretização de tantos outros”.

CARLOS LOPES

Ministra Rosa Weber nega pedido para rejeitar candidatura de Lula antes mesmo do registro

A ministra Rosa Weber, presidente eleita do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), rejeitou na quarta-feira (18) um pedido para que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fosse declarado inelegível antes mesmo de a candidatura dele ser registrada.

O pedido foi apresentado por integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL), apresentado na última sexta-feira (13). A ação pedia a

concessão de uma liminar (decisão provisória) para “declarar desde já a incontroversa inelegibilidade” de Lula.

Para Rosa Weber, o pedido é “genérico, apresentado por coordenadores de um movimento social, antes do início do período legalmente destinado à oficialização das candidaturas”.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Embraer: trabalhadores não terão garantia de empregos após venda

“O fato de o presidente da Embraer se recusar a garantir estabilidade no emprego, mostra que os trabalhadores estão ameaçados”, disse Hebert Claros, diretor do sindicato e funcionário da empresa

Desde dezembro, quando a Boeing anunciou o início de negociações com a Embraer, os sindicatos dos metalúrgicos de São José dos Campos, Araquara e Botucatu pediram uma reunião com a direção da empresa para tratar da situação dos trabalhadores. Mas só agora, oito meses depois, quando a proposta de venda já estava fechada, foram recebidos, e a sinalização da direção da Embraer foi: “nós não podemos garantir a estabilidade dos trabalhadores”.

A reunião com o presidente da Embraer, Paulo Cesar Souza e Silva, aconteceu na última sexta-feira (13), no escritório da empresa, em São Paulo. Os sindicalistas, que estão contra a venda, reivindicaram a estabilidade no emprego para todos os trabalhadores da empresa durante e depois da possível transição.

Segundo Herbert Claros, diretor do sindicato de São José dos Campos e funcionário da Embraer, na reunião foi realizada uma extensa apresentação sobre o negócio com a Boeing, com detalhamento sobre as fábricas e cada uma das áreas. Os sindicalistas então questionaram as demissões que estão ocorrendo desde janeiro.

“São demissões fora do que nos parece comum, a gente pediu explicações. Mas eles disseram que são demissões pontuais. No nosso ponto de vista não são demissões pontuais, elas tem sido quantitativamente maiores do que as ocorridas no ano passado e nos anos anteriores”, disse Hebert, em entrevista ao HP. Mesmo sem acesso a informações oficiais, ele estima que mais de 300 trabalhadores já foram demitidos este ano somente na planta de São José dos Campos.

Herbert lembra que ao comunicar venda a direção da Embraer afirmou o processo ajudaria na geração de empregos, “então nós argumentamos que se é assim, eles poderiam garantir estabilidade nos empregos e tranquilizar os trabalhadores nas fábricas. Mas eles disseram: ‘nós não podemos garantir isso’. E ao não garantir isso, a ameaça de demissão continua, inclusive nessa manhã já foram demitidas mais 5 pessoas, e toda semana tem

demissões”.

Em meio às negociações, no mês de maio, o Ministério Público do Trabalho recomendou a Boeing e a Embraer a inclusão de “salvaguardas trabalhistas” no acordo de venda, para evitar demissões em massa. Mas o pedido não foi atendido.

“O fato de o presidente da Embraer se recusar a garantir estabilidade no emprego para os trabalhadores é bastante preocupante. Vimos isso como um sinal claro de que os trabalhadores brasileiros estão de fato com seus empregos ameaçados”, reforça.

Herbert também destacou o anúncio feito pela Embraer, na última terça-feira (17), sobre a venda de 300 aviões, que tem valor avaliado em US\$ 15 bilhões. Para ele, “os números falam por si só. A Embraer vai vender US\$ 15 bilhões em aviões, o que significa uma produção para três anos, e ao mesmo tempo é oferecida pra Boeing por US\$ 3,8 bilhões. Qualquer um que entende matemática básica sabe que tem alguma coisa errada”.

Durante a reunião, também foram tratadas as motivações da direção para venda da empresa. A principal insistência do presidente da Embraer é que sem a venda, a empresa corria risco de não sobreviver por falta de capacidade competitiva, porque sua principal concorrente, a canadense Bombardier, foi comprada pela Airbus no segundo semestre de 2017.

Mas, para Claros com o anúncio de ontem, “não tem como dizer que a concorrência está difícil. Que concorrência é essa? As vendas de ontem derrubam esse argumento. A Embraer é líder absoluta no segmento dela”.

Para os sindicatos, “o único objetivo da direção da Embraer é o lucro rápido. O problema é o futuro, uma empresa como a Embraer, depende do investimento em novas aeronaves e isso não vai acontecer com o núcleo da empresa sendo nos Estados Unidos”, explica Claros, que conclui “é evidente que esse acordo vai beneficiar exclusivamente a Boeing. Por isso, continuaremos a pressionar o governo federal para que vete a entrega da Embraer”.

CAMILA SEVERO

Justiça de SP homologa delação da Odebrecht sobre caixa 2 de Kassab

A Justiça de São Paulo homologou, nesta semana, o acordo assinado em dezembro passado, no qual a empreiteira Odebrecht pagará uma multa de R\$ 21,3 milhões à Prefeitura de São Paulo e a outros órgãos por entregar o mesmo montante para o caixa dois do ex-prefeito Gilberto Kassab (PSD).

De acordo com delatores da Odebrecht, o repasse ilícito ocorreu entre os anos de 2008 e 2014 e serviu para manter boas relações com o prefeito.

Ainda segundo ex-executivos da empreiteira, o montante também foi utilizado por Kassab para criar o PSD em setembro de 2011. Kassab foi prefeito de São Paulo entre 2006 e 2012 e depois assumiu o ministério das Cidades durante o governo Dilma. Atualmente é ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de Temer.

Por ter revelado informações importantes para os investigadores e por confessar crimes, a Odebrecht não será processada após pagar a multa. Já Kassab

segue sendo investigado por improbidade administrativa.

De acordo com o promotor que atuou no acordo, Silvio Marques “a ação contra Kassab é por enriquecimento ilícito e não dá para vincular a contribuição ilícita a alguma obra pública. Os delatores falaram que era para manter boas relações com Kassab”. Ainda de acordo com Silvio Marques, trata-se do primeiro acordo de homologação nas investigações da Lava Jato no âmbito civil do país.

Segundo o juiz que homologou o acordo, José Gomes Jardim Neto, neste caso não houve prejuízo aos cofres públicos.

Chamado tecnicamente de termo de autocomposição, o acordo foi assinado entre a Odebrecht, a promotoria do Patrimônio Público do Ministério Público e a Prefeitura de São Paulo.

Sobre o valor total de R\$ 21,3 milhões a prefeitura ficará com 90%. O restante do valor será dividido entre o Fundo Estadual de Interesses Difusos do Estado (5%) e o Fundo Estadual de Perícias (5%).



Odebrecht pagou R\$ 21,3 milhões para manter “bom relacionamento” com o prefeito da capital paulista



Diretor da ANS diz que vai recorrer de decisão do STF contra planos de saúde

“Não somos órgão de defesa do consumidor”

O diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Rodrigo Aguiar, afirmou que irá recorrer da decisão do STF de suspender a autorização dada pela agência para a cobrança extra de 40% nos procedimentos realizados pelos planos de saúde. Segundo ele, a agência federal não é “um órgão de defesa do consumidor”.

Na segunda-feira, a ministra do Supremo Tribunal de Justiça, Carmem Lucia, acatou pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e suspendeu a chamada modalidade de “coparticipação” e franquia nos planos de saúde, autorizada na última semana pela ANS. Na nova modalidade de plano, o consumidor deveria arcar com uma parcela de 40% do custo do procedimento a ser realizado. Para a OAB, a portaria da ANS “desfigura o Código do Consumidor”.

Em sua decisão pro-

visória, a ministra do STF é taxativa: “Saúde não é mercadoria. Vida não é negócio. Dignidade não é lucro. Direitos conquistados não podem ser retrocedidos sequer instabilizados”.

Para Carmem Lucia, como o direito à saúde está previsto em lei, alterações em sua prestação devem ser objeto de ampla discussão na sociedade. “A inquietude dos milhões de usuários de planos de saúde, muitos deles em estado de vulnerabilidade e inegável hipossuficiência, que, surpreendidos, ou melhor, sobressaltados com as novas regras, não discutidas em processo legislativo público e participativo, como próprio da feitoria das leis, vêem-se diante de condição imprecisa e em condição de incerteza quanto a seus direitos”, destaca a ministra.

AGÊNCIA

O diretor de Desenvolvimento Setorial da ANS, Rodrigo Aguiar, disse que a agência pretende manter a resolução sobre a cobrança de

coparticipação e franquia. Segundo ele, o que a ANS pretende é limitar a cobrança, que hoje já é feita e chega a até 70% de coparticipação, ainda que não possua regulamentação. Ou seja, ao invés da agência regular o setor, ela cria uma nova modalidade de cobrança para legalizar as irregularidades das operadoras.

Em entrevista ao jornal “O Globo”, ele diz que a função da agência não é “ser um órgão de defesa do consumidor”. “A ANS foi criada para proteger o sistema de saúde suplementar”, disse.

Aguiar afirma, no entanto, que a agência leva em conta as “vulnerabilidades dos consumidores”. “Mas considerando a necessidade da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das empresas, de uma remuneração adequada aos prestadores de serviços. O nosso trabalho é equilibrar todos esses interesses”, concluiu.



Cidades tem menos de 50% de cobertura

Cobertura vacinal cai no país: 312 cidades em alerta

Segundo o Ministério da Saúde 312 municípios brasileiros estão com cobertura vacinal abaixo de 50% para a poliomielite ou “paralisia infantil”. Os dados divulgados são do Programa Nacional de Imunizações (PNI). O Brasil está livre da poliomielite desde 1990, mas especialistas alertam que para manter a erradicação é fundamental manter coberturas vacinais acima de 95%.

Para a coordenadora do PNI, Carla Domingues, “o risco existe para todos os municípios que estão com coberturas abaixo de 95%. Temos que ter em mente que a vacinação é a única forma de prevenção da Poliomielite e de outras doenças que não circulam mais no país. Todas as crianças menores de cinco anos de idade devem ser vacinadas, conforme esquema de vacinação de rotina e na campanha nacional anual. E uma questão de responsabilidade social”.

A poliomielite é uma doença infecto-contagiosa, caracterizada por um quadro de paralisia flácida, de início súbito, que atinge em geral os membros inferiores, tendo como principal característica a flacidez muscular.

BEBÊS

Outro alerta bastante grave é que os índices de coberturas vacinais de bebês e crianças tiveram mais uma queda em 2017 e atingiram o nível mais baixo em 16 anos.

Todas as vacinas indicadas a menores de um ano ficaram abaixo da meta do Ministério da Saúde, que prevê imunização de 95% deste público. A maioria tem agora índices entre 70,7% e 83,9%, com exceção a BCG, que é ofertada nas maternidades, com 91,4%.

A falta de atuação do Ministério da Saúde na disseminação de informações sobre vacinação nos meios de comunicação e por meio campanhas de vacinação, e a falta de controle juntos às famílias, contribuíram de maneira decisiva para a queda desses índices nos últimos anos.

Para especialistas, a situação preocupa diante do risco de retorno de doenças erradicadas há décadas. “Ter 70% de cobertura significa ter 30% de suscetíveis. E aí a chance de as doenças voltarem é muito grande”, afirma a presidente da Sbm (Sociedade Brasileira de Imunizações), Isabela Ballalai.

Além da pólio, entre as vacinas com redução na cobertura estão aquelas que protegem contra o sarampo, caxumba, rubéola,



Eles foram condenados a 7 anos de prisão

Juiz condena jovens por protesto contra corrupção na Copa

Nesta terça-feira (17) o juiz da 27ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) Flavio Itabaiana, condenou a sete anos de prisão, vinte e três ativistas que participaram dos protestos contra a realização da Copa do Mundo no Brasil, durante os anos de 2013 e 2014.

Em meio às denúncias de obras superfaturadas, os manifestantes criticavam a prioridade dada ao evento enquanto necessidades básicas da população não eram atendidas.

Para Flavio Itabaiana, os 23 jovens, cometeram os crimes de formação de quadrilha e corrupção de menores. Eles poderão recorrer da sentença em liberdade.

De acordo com o advogado João Tancredo, que defende dois dos condenados, a decisão já era esperada. Segundo ele, a história demonstrou que os manifestantes estavam certos ao denunciarem os excessos e a corrupção nas obras da Copa, posteriormente comprovados pela Lava Jato.

Posteriormente, a Operação Lava Jato provou que realmente ocorreram diversos casos de corrupção envolvendo as obras realizadas ou iniciadas para o evento esportivo e que levaram diversos políticos e funcionários das empreiteiras à cadeia, inclusive o ex-governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral (PMDB) e seus principais secretários.

SBPC e ABC enviam carta ao governo contra cortes na ciência e tecnologia

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) entregaram a Temer (PMDB), na última sexta-feira (13), uma carta pedindo que não sejam vetados os artigos aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2019 que garantem recursos para Saúde e Educação e criticando os recorrentes cortes que o governo realizou nas pastas nos últimos anos.

“São conhecidas as restrições orçamentárias que têm sido impostas a esses dois pilares da sociedade, ainda que, por

sua importância universal no desenvolvimento humano, possuam proteções constitucionais de garantia de investimentos. Essas proteções não têm sido suficientes para assegurar a qualidade da oferta de educação e de saúde pública. No intuito de impedir uma degradação acentuada desses serviços públicos essenciais, o Congresso Nacional incluiu dispositivos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para garantir um fluxo maior de recursos para esses setores”, pontua a carta.

As entidades destacam ainda que no processo de elaboração da LOA 2019,

é necessária a ampliação substancial dos recursos para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SINCTI), “que têm sofrido cortes acentuados nos últimos anos”, e também “impedir que recursos arrecadados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) sejam desviados para a Reserva de Contingência em 2019, prática utilizada em orçamentos anteriores e que tem acarretado graves prejuízos ao desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do País”, afirmam os cientistas.



Primeira parcela será paga em agosto Após pressão da COBAP, Temer antecipa 13º de aposentados

Após a pressão da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) e suas federações, o governo decidiu realizar a antecipação da metade do valor do 13º salário dos aposentados, que será feita com o pagamento de agosto. Segundo o assessor econômico da COBAP, Maurício Oliveira, a antecipação é um direito adquirido dos aposentados e pensionistas desde 2006, porém o governo vinha ameaçando atrasá-la, como foi feito no ano passado, alegando problemas econômicos por conta da crise.

Para a Cobap, esse é um argumento tão falacioso como o de que falta dinheiro na Seguridade Social (que é o segundo maior orçamento da União), e que tem recursos próprios instituídos pela Constituição.

“A COBAP continuará nessa luta para manter essa conquista. E preciso lutar para que decreto presidencial anunciado se transforme em lei”, disse o presidente da entidade, Warley Martins Gonçalves.

Ainda de acordo com o anúncio do governo, a medida representa R\$ 21 bilhões no bolso dos aposentados e pensionistas, o que contribui para aquecer (ainda que um pouco) a economia. “Num ano em que a economia caminha a passos de tartaruga essa injeção de dinheiro dá um novo ânimo. Além disso, a medida é um alívio para os aposentados e pensionistas com pagamentos atrasados”, diz a nota dos aposentados.

De acordo com a legislação, não há desconto de Imposto de Renda na primeira parcela, apenas na segunda, que será paga junto com a remuneração de novembro.

Além da aposentadoria, serão beneficiados os que recebem pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão ou salário maternidade.

Prefeito de Porto Alegre anuncia atraso dos salários de servidores

O prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Jr. (PS-DB), anunciou que vai atrasar mais uma vez os salários dos servidores municipais, nesta terça-feira (17). O prefeito diz que “não tem mais outra alternativa, a prefeitura não consegue mais esconder, tapar a sua falência, está falida.”. O último atraso aconteceu em dezembro de 2017.

Marchezan ainda minimizou os atrasos do pagamento: “Deve atrasar três, cinco, oito dias. No ano passado, não chegamos a 10 dias.”. Diz também que não há previsão para que sejam regularizados. “Esse calendário vai ser conhecido de acordo com repasses do governo federal e estadual, principalmente as entradas dos nossos recursos próprios, para que possa dar os valores exatos.”.

Ainda nessa terça-

feira (17), o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa) decidiu por suspender a greve e manter a categoria em estado de greve contra os projetos de lei de Marchezan e a favor da reposição salarial. Com o recesso parlamentar, nesse mês nenhum projeto será votado na Câmara Municipal de Vereadores.

A categoria decidiu por se somar nas mobilizações a favor do impeachment do Prefeito Nelson Marchezan Jr., que é investigado por improbidade administrativa, reforçando a bandeira do “Fora Marchezan” em ato nessa quarta-feira (18) como forma de enfrentar o “autoritarismo do governo, que vem promovendo a divisão da cidade e o desmonte dos serviços públicos em prejuízo da população e da categoria municipal.”, argumenta o Simpa.

MG: avança na Assembleia PL que estabelece piso salarial da educação

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou em primeiro turno o piso salarial para os servidores estaduais da educação, nesta terça-feira (17). A Proposta de Emenda Constitucional (PEC 49/18) insere na constituição do estado a obrigatoriedade do pagamento do piso nacional da educação aos servidores mineiros do setor.

Com a aprovação em primeiro turno será necessário aguardar o prazo regimentar de três dias para a votação em 2º turno no plenário da ALMG.

A categoria esteve presente durante a votação no plenário da casa para pressionar os deputados a votarem a favor da matéria. O Sindicato Único dos Trabalhadores da Edu-

cação de Minas Gerais (Sind-UTE) diz em nota que “a categoria vai manter a mobilização para acompanhar o trâmite da matéria na Assembleia Legislativa e há expectativa de que a PEC seja apreciada em 2º turno até a próxima quarta-feira, dia 25/7/18.”.

Segundo o Ministério da Educação (MEC) o piso nacional do magistério hoje é de R\$ 2445,35 para uma jornada de trabalho de 40h semanais.

A categoria também reivindica que o pagamento dos salários que estão sendo parcelados desde o ano de 2016 seja feito até o quinto dia útil. Ambas as pautas são reivindicações dos servidores que estão em greve desde o dia 9 de julho em defesa dos salários.

Correios: funcionários dizem ‘não’ a rebaixamento salarial



Trabalhadores começam a realizar assembleias para avaliar proposta



Protestos contra a venda da Eletrobrás ocorreram em diversos estados

‘Tarifas aumentaram 17% com privatizações’, diz sindicato em dia de atos em defesa da Eletrobrás

Os trabalhadores do setor elétrico realizaram nesta terça-feira, 17, em todo o país, o Dia Nacional de Luta contra a Privatização do Sistema Eletrobrás, com atos de protesto no Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima, cujas distribuidoras estão sob risco de serem vendidas.

Após forte mobilização da categoria, uma medida cautelar foi concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, impedindo qualquer privatização de estatais sem que antes seja autorizada pelo Congresso Nacional.

A saída foi ir vendendo aos poucos – e por preços simbólicos. Temer busca leiloar as seis distribuidoras de energia das regiões

Norte e Nordeste, por nada menos do que R\$ 50 mil cada uma, além de assumir uma dívida de R\$ 11 bilhões.

O leilão estava previsto para 26 de julho; o que motivou a paralisação dos trabalhadores. A Justiça Federal do Rio de Janeiro chegou a suspender o leilão das seis distribuidoras, mas já nesta terça a limiar que proibia o leilão foi suspensa pelo desembargador federal André Fontes, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Com isso, o governo manteve para o 26 o leilão da Cepisa (Companhia Elétrica do Piauí). Em resposta, os funcionários marcaram nova greve para os dias 25 e 26 de julho.

Em entrevista à Rádio Brasil de Fato, Ikaró, que é diretor do Sindicato dos Urbanitários do Distrito

Federal (STIU/DF), explica as consequências para a população: “a maioria das distribuidoras já foi privatizada. E nós vivemos situações extremamente graves em alguns desses estados: aumento na conta de luz, piora na qualidade dos serviços; e em muitos estados, como por exemplo, o Mato Grosso, o campeão de reclamações no Procon é justamente a distribuidora. Aqui no estado de Goiás, onde foi feita a privatização há pouco mais de um ano, todos os índices de qualidade da antiga Celg, que foi privatizada para um grupo italiano, caíram: o tempo para o religamento, quando existe desligamento da rede, aumentou muito, e a tarifa aumentou 17% de uma vez só”, afirmou.

Congresso mantém ‘aumento’ de apenas 0,4% do salário mínimo, que passará a R\$ 998 em 2019

Juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019, o Congresso Nacional aprovou, há uma semana, que o salário mínimo sofrerá reajuste real de apenas 0,44% e continuará sem ultrapassar R\$ 1.000, negando a previsão de Temer (PMDB) feita no início do ano. O texto agora segue para a sanção do presidente.

De 2017 para 2018, o salário mínimo foi reajustado em míseros 1,81% frente a uma inflação de 2,07%, como calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Na prática, os salários foram rebaixados 0,26% ou R\$ 28,75 no decorrer do ano.

Em abril deste ano, o governo Temer propôs que o reajuste fosse de 1,39% real, a partir do qual, trabalhando com uma previsão de inflação de 3,64%, o salário mínimo atingiria R\$ 1.002. Tratava-se apenas de mais uma de suas mentiras. A previsão de inflação foi para 4,17% e o reajuste no-



minal foi para 4,6%, ou seja, o reajuste real será de 0,44% e o salário mínimo passará a ser R\$ 998,00. Da maneira mais insensível possível, sem mostrar um pinga sequer de preocupação para a situação na qual o povo brasileiro se encontra, Temer argumentou que a redução de R\$ 4 entre o valor previsto e o que foi aprovado é positiva pois resultará em R\$ 13,4 bilhões que “não sairão dos cofres públicos”.

Diante de um cenário eleitoral tão complexo e incerto, porém próximo, o tema deverá ser tema

de debate entre os candidatos à presidência. Entre eles, Ciro Gomes e João Goulart Filho já manifestaram a intenção de subir o valor real do salário mínimo por entender que este é a base na qual deve se sustentar o mercado interno. João carrega consigo a proposta de aumentá-lo gradualmente, com o passar dos quatro anos de gestão, em 100%, isto é, dobrá-lo. Seu pai, o ex-presidente Jango, enquanto ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, em 1954, fez o mesmo.

Em negociação, empresa propôs reajuste abaixo da inflação, 1,58%, e menos direitos

Nesta terça-feira (17), em reunião de negociação para o Acordo Coletivo, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), ou Correios, apresentou para seus trabalhadores um reajuste salarial abaixo da inflação. Além disso, propôs também que direitos, como adicional noturno e plano de saúde, sejam cortados ou rebaixados. Segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios (FENTECT), caso a proposta e a postura da empresa não sejam alteradas, os trabalhadores deverão recorrer à greve para garantir seus direitos.

Com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) girando em torno de 2,64%, a proposta apresentada, de reajuste de 1,58%, significa, na realidade, um rebaixamento dos salários; apenas 60% da inflação do último ano seriam repostos. Apesar de já terem ocorrido outras reuniões de negociação entre a diretoria dos Correios e o Comando de Negociações dos trabalhadores, esta injusta proposta somente foi apresentada nesta terça-feira.

O secretário geral da FENTECT, José Rivaldo, disse, em entrevista ao HP, que, “na prática, não tem reajuste. E pra piorar, se comparar os Correios com as demais estatais, é a empresa que pior paga seus trabalhadores”.

Outros pontos também foram afrontados pela proposta da diretoria. E o caso do adicional noturno. Segundo o plano, seria alterado o valor adicional recebido de 60% para 20%, rebaixando, mais uma vez, os salários. Além disso, seria modificado o que se entende como “noturno”, passando do horário entre 20h e 6h para 22h e 5h, ou seja, três horas a menos das quais o trabalhador receberia o aditivo. De acordo com José, a proposta visa igualmente “alterar a regra de fornecimento de Vale Alimentação e dos Planos de Saúde e retirar o Vale Cultura, que é um programa que a empresa tem adesão junto ao governo federal”.

Ademais, a proposta ratificaria o fim do Plano de Saúde pago pela estatal a seus funcionários. De acordo com o que definiu o TST, e que agora foi proposto no Acordo Coletivo pela empresa, os trabalhadores devem

pagar o plano de saúde com seu próprio salário. O preço do plano individual deve variar entre 2,5% e 4,4%, a depender da renda líquida do trabalhador em questão. Para incluir um companheiro (a) e um filho (a), o valor deverá subir para, no mínimo, 4,9% e, no máximo, 8,6% do salário líquido do trabalhador.

Uma vez recebida a proposta, as assembleias locais - que serão realizadas na quarta e quinta-feira (18 e 19) - dos trabalhadores dos Correios deverão discuti-la e votar pela aprovação ou não dos termos. Para José Rivaldo, por se tratar de uma possível retirada de direitos, o rumo mais provável é que e as assembleias recusem a proposta e tentem continuar a negociação. “Neste momento, as negociações estão paralisadas. Estamos agora em um processo de mobilização, nesta quarta e quinta-feira com as assembleias, a tendência é a rejeição. Então, vamos comunicar a empresa que a proposta foi rejeitada e tentar seguir com a negociação”, explicou o secretário geral da FENTECT.

A diretoria da empresa afirma que a situação financeira está catastrófica, o que “justificaria” o arrocho salarial. Mas os trabalhadores questionam: “é preciso combater o discurso incoerente da ECT, que hora anuncia lucro milionário (mais de R\$ 600 milhões, conforme informado na mídia) e hora fala em dificuldades. Enquanto isso, segue na empresa a política dos gastos, patrocínios, altos salários e parcerias com vistas à privatização”, afirmou a FENTECT em nota divulgada pela internet. Este lucro de R\$ 600 milhões diz respeito ao que foi obtido em 2017, após quatro anos seguidos de prejuízos.

As negociações devem seguir até o dia 31 de julho. “A negociação está travada. Caso a empresa não mude de proposta e de postura, a tendência é que a gente se encaminhe para uma grande mobilização seguida de uma greve”, afirmou Rivaldo, “mas temos até o dia 31 para seguir negociando”, disse enfaticamente. Diante desta possibilidade, foram pré-agendadas assembleias para os dias 24, 25 e 26 de julho, para que seja deliberada uma greve a partir do dia 7 de agosto.

PEDRO BIANCO

Funcionalismo de Maceió entra em greve contra arrocho salarial

Os servidores municipais de Maceió deflagram greve para cobrar reajuste salarial de 15,41%, nesta terça-feira (17). O percentual corresponde à perda salarial dos anos de 2014 a 2018. A greve já abrange 50% do funcionalismo municipal, segundo o Sindicato dos Servidores Públicos de Maceió (Sindspref).

A greve foi aprovada na última quarta-feira (11) após a Prefeitura de Rui Soares Palmeiras (PSDB) cessar as negociações com a categoria propondo 3% de reajuste, retroativos apenas ao mês de junho de 2018, patamar muito distante da perda salarial do período. “A questão é a Prefeitura não quer dar o retroativo contando a partir de janeiro, que é a data base, eles estão propondo o reajuste com retroativo de junho, e isso

a gente não aceita”, disse Sidney Lopes, presidente do Sindspref.

A Secretaria Municipal de Gestão alega que “a proposta de reajuste de 3% a partir de junho, ofertada pela Prefeitura de Maceió, é o percentual possível, considerando a capacidade financeira do Município e respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.”.

Sidney defende que: “A Greve é a única forma de cobrar o nosso direito. A legislação diz que o gestor municipal deve atualizar anualmente o salário do servidor público do município baseado no IPCA e com data-base em janeiro. Pois, estamos desde 2014 com perdas inflacionárias e a proposta que o prefeito oferece contempla apenas IPCA de 2017 e ainda não consagra a data-base”.

ONU exige de Ortega que pare a violência contra nicaraguenses

Sob condenação da Secretaria-Geral da ONU, policiais e forças paramilitares a mando do governo de Daniel Ortega atacaram durante sete horas, na terça-feira, 17, a cidade de Masaya onde morreram pelo menos três pessoas. O bairro indígena Monimbó, na cidade considerada o bastião de resistência à violência perpetrada pelo governo, foi o foco do ataque.

Cedo de manhã, mais de 1500 policiais bloquearam os acessos à Masaya, a 25 quilômetros de Manágua, a capital que no final de semana foi o centro de mais ataques e onde morreram mais dois jovens, vítimas de forças paramilitares. A repressão nessa região da Nicarágua começou em abril, quando aposentados foram atacados pela polícia durante uma manifestação contra a reforma da Previdência Social que reduzia seus benefícios. Foi o estopim. Desde aquele momento, os protestos só aumentaram e a cidade está cheia de barricadas e muros construídos com pedras para se defender dos esquadrões policiais.

A presidente do Centro Nicaraguense de Direitos Humanos (Cenidh), Vilma Núñez, acusou o presidente Ortega de provocar um genocídio. “Daniel Ortega está executando uma guerra criminosa contra um povo completamente desarmado. As forças paramilitares atuam como um exército invasor decidido a exterminar o povo”, afirmou, ontem, em entrevista na televisão. O poeta Ernesto Cardenal, um dos principais personagens da Revolução Sandinista e hoje opositor ao governo, afirmou que a Nicarágua vive um “terrorismo de Estado”.

A ofensiva do governo ocorreu um dia depois que o chefe da “Operação Limpeza” em Masaya, Ramón Avellán, afirmara que cumpriram as ordens de Ortega e sua esposa, a vice-presidenta Rosario Murillo, “a qualquer custo” e que assim removeriam todas as barreiras e barricadas instaladas por manifestantes que protestam contra o governo, e exigem sua renúncia com a convocação antecipada de eleições.

Nesta quinta-feira, 19 de julho, a Revolução Sandinista completa 39 anos e o casal presidencial pretende passar a imagem para o exterior de que no país está tudo sob controle. Porém, o resultado foi o oposto. A repressão na cidade que virou o símbolo da resistência ao governo desencadeou uma condenação imediata das Nações Unidas (ONU), dos Estados Americanos (OEA), assim como da União Europeia (UE).

Nicaraguenses residentes no Brasil lançam manifesto por Nicarágua Livre e Democrática

“Daqui do Brasil, ativistas nicaraguenses localizados em Porto Alegre, Pelotas, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Belo Horizonte e Brasília, em coordenação com outras organizações e pessoas solidárias com a Nicarágua, divulgamos abaixo uma versão resumida do ‘Manifesto por uma Nicarágua Livre e Democrática’, impulsionado por históricos intelectuais e militantes revolucionários sandinistas, como Ernesto Cardenal, Gioconda Belli e Sergio Ramirez.”, afirma a socióloga Maria Mercedes Salgado.

Manifesto por uma Nicarágua Livre e Democrática

A revolução Sandinista, que derrotou a ditadura familiar dos Somoza na Nicarágua em julho de 1979, completará no próximo ano quatro décadas. Foi o último sonho revolucionário perdido, a última esperança que se foi pelo sumidouro da história. Não foi fácil construir um país empobrecido pela ditadura em meio a um conflito marcado por uma guerra civil interna em plena Guerra Fria. Mas ao sandinismo o maior dano não foi ocasionado pela CIA. O que danificou foi a ganância de alguns de seus comandantes, especialmente Daniel Ortega Saavedra.

Em 2007, Ortega retornou à presidência do país. Graças a fraudes eleitorais denunciadas por organismos internacionais, seguiu fazendo isso até agora, violando a própria constituição que impede que uma mesma pessoa esteja à frente do país mais de dois mandatos. O que estamos vendo nestes dias na imprensa, as revoltas de milhares de nicaraguenses, não é mais que o resultado de quase 12 anos de deriva autoritária.

Não foi o rebaixamento das pensões que provocou a saída dos jovens às ruas. Isso foi somente a farsa. É mais de uma década de um governo que já nem sequer se preocupa em maquiuar suas formas ditatoriais e antidemocráticas. As mãos de Ortega e Murillo se mancharam com o sangue de mais de três centenas de compatriotas: estudantes, camponeses, jornalistas, jovens, povo trabalhador das periferias urbanas.

Os nicaraguenses saíram às ruas para gritar “basta!”. Fizeram-no de

maneira pacífica, mas o governo de Ortega e Murillo, através da polícia, forças antiterroristas e forças paramilitares estão a massacrá-los.

Ortega não respeitou os acordos estabelecidos no Diálogo Nacional, usando este espaço para ganhar tempo enquanto manteve ativa a repressão. Mais recentemente, líderes sociais que estão na mesa do diálogo começaram a ser perseguidos e assediados.

Há somente uma via para a solução pacífica e democrática da situação nicaraguense: é preciso interromper imediatamente a repressão de Daniel Ortega e Rosario Murillo e os crimes cometidos pelo casal contra o seu próprio povo merecem ser julgados por tribunais independentes.

Demandamos o fim do assédio contra líderes sociais e ativistas dos movimentos sociais, assim como o fim de prisões políticas, particularmente de jovens.

Os nicaraguenses merecem nossa solidariedade, que como escreveu Gioconda Belli é a ternura dos povos. Por isso, os signatários abaixo pedimos que a comunidade internacional repudie os massacres contra a juventude e o povo nicaraguense, abrindo os olhos e o caminho para a expressão democrática e livre da Nicarágua.

Assinaturas
1- Maria Mercedes Salgado, socióloga, São Paulo, SP
2- Isabel Martínez Artavia, cineasta, Rio de Janeiro, RJ
3- Ana Mercedes Sarria Icaza, professora, Porto Alegre, RS
4- Amalia E Fischer P, feminista e comunicadora, Rio de Janeiro, RJ
5- Edgar E. Sarria Icaza, médico, Porto Alegre, RS
6- William Héctor Gómez Soto, Professor, Pelotas, RS
7- Ana Marcela Sarria, terapeuta, Porto Alegre, RS
8- Humberto Meza, cientista político, nicaraguense, Rio de Janeiro, RJ
9- Zandra Arguello, psicóloga, Porto Alegre, RS
10- Cecilia Mendoza Vega, pequena empresária, Belo Horizonte, MG
11- Cecilia Meda, socióloga feminista, nicaraguense, Brasília, DF
12- Caryl Schutze, Ingeniero Mecánico, Campinas, SP
13- Oscar Alejandro Flores Carrion, estudante, Campinas, SP
14- Daniel S. Lacerda, Professor, Porto Alegre, RS
15- Aneron de Ávila Canals, Médico, Porto Alegre, RS
16- Silvia Guerra Talavera, Administradora, Rio de Janeiro, RJ
17- Orfa Marcela Báez Arguello, Ingeniero Industrial, Cali, Colômbia
18- Igor Pantoja, Sociólogo, Rio de Janeiro, RJ
19- Sonia Corrêa, Pesquisadora da ABIA e coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política, Rio de Janeiro, RJ, entre outros

Mundo rende tributo a Mandela nos 100 anos do seu nascimento



África do Sul dedica o Ano de Mandela à “renovação, unidade e trabalho”



Firmeza de Mandela estimulou a luta contra o apartheid e pela sua libertação

Guarda costeira líbia causa morte de mulher e criança imigrantes no mar Mediterrâneo

A organização humanitária espanhola Proactiva Open Arms, que resgata refugiados no Mediterrâneo, denunciou que a guarda costeira líbia deixou morrer uma mulher e um menino, após o afundamento da embarcação em que tentavam chegar à Europa. Refugiados. Uma cameronesa de cerca de 40 anos, de nome Josepha, que por dois dias ficou à deriva ao lado dos dois corpos, no bote praticamente desinflado, foi salva e atendida a bordo, conforme a France Presse.

As embarcações da Open Arms estão proibidas pelo governo italiano de levar para portos do país os refugiados que resgata, como já ocorreu com os 60 que ficaram vários dias esperando até serem

aceitos pela Espanha. Roma acaba de estender até a barcos militares europeus a proibição de desembarque de refugiados resgatados no mar.

No Twitter, o fundador da Open Arms, Oscar Camps, publicou uma foto em que se vê o cadáver da mulher e da criança. O barco espanhol estava realizando buscas perto do litoral da Líbia, de onde parte a maior parte dos imigrantes e refugiados com destino à Europa.

Camps acusou a guarda costeira, que dissera ter interceptado um barco com 158 pessoas a bordo e lhes prestado assistência, de ocultar que “deixou abandonados a duas mulheres e um menino e ainda afundou o barco por não quererem subir a bordo da nave líbia”.

Segundo a equipe médica espanhola, Josepha está traumatizada e tem sintomas de hipotermia. Para Camps, essa é “a consequência direta de contratar milícias armadas para fazer o resto da Europa crer que a Líbia é um país e um Estado seguro”. A Guarda Costeira líbia se negou a discutir as denúncias.

De acordo com o relato do líder do barco humanitário, “quando chegamos, encontramos uma das mulheres ainda com vida, mas não pudemos fazer nada pela outra mulher e o menino, que parecem ter morrido poucas horas antes”. “Quanto tempo mais teremos que lidar com assassinos alistados pelo governo italiano para matar?”, completou.

Documentário denuncia assassinatos de dirigentes sociais na Colômbia

“Já são 355 assassinatos de dirigentes e militantes de movimentos sociais e de organizações dos direitos humanos desde a assinatura do Acordo de Paz entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), em 2016, havendo um aumento da perseguição e do clima de terror desde então. O documentário ‘Nos estão matando’ mostra como, para favorecer as transnacionais e o narcotráfico, querem voltar à guerra, voltar a matar as pessoas”. A afirmação é do economista e pesquisador Héctor Mondragón, refugiado político colombiano e assessor dos movimentos camponeses, indígena e afro-descendente, que denuncia a onda de crimes cometida na disputa pelo controle territorial, pela mineração ilegal e por cultivos ilícitos.

Há mais de dez anos no Brasil, Mondragón fez a apresentação do documentário, que revela “um massacre em câmera lenta”, e faz parte do Circuito Cultural Colombiano, na noite de terça-feira, no Hostel Paulista. Neste momento, sublinhou, “nada é mais importante do que a luta pela vida, lutar para que não nos matem, lutar pelos nossos direitos”.

Para dar nome aos frios números das estatísticas, durante um ano, dois cineastas estadunidenses e um produtor colombiano acompanharam o dia-a-dia de dois combatentes pelos direitos humanos ameaçados de morte no norte do departamento de Cauca, um dos mais violentos do país vizinho: o líder indígena Feliciano Valencia e o dirigente afro-descendente Héctor Marino



“Desde a assinatura do Acordo de Paz, 355 líderes foram mortos”, afirma o pesquisador Mondragón

Carabalí. A partir de cenas que relatam a disposição de luta e de sacrifício pessoal e coletivo, o documentário torna didática a denúncia do regime de terror instalado há décadas por uma elite extremamente subserviente aos Estados Unidos.

“O terrorismo de Estado se utiliza de mercenários treinados por militares israelenses. Assim, na década de 80 vimos ser assassinados todos os 35 prefeitos da União Patriótica (UP), os dois senadores e 70% dos vereadores, sendo exterminados milhares de militantes”, descreveu Mondragón. Entre as horripilantes práticas para incutir medo nas lideranças, citou os “quartos de esquadramento”, locais em que militantes eram torturados, “fatados vivos para que seus gritos fossem ouvidos, com o medo se espalhando pelas famílias e pela vizinhança”. Com base nas ameaças e no pânico estabelecido, descreveu, somente neste ano mais de 100 lideranças de movimentos sociais já abriram mão da representação.

Entre os que resistem como

Feliciano e Carabalí, Mondragón citou o padre Francisco de Roux, presidente da Comissão Nacional da Verdade, que vem enfrentando uma intensa campanha de difamação por defender o Acordo de Paz, chamado de narco-terrorista e outras barbaridades. Pela nossa experiência, disse, “estas difamações são feitas quando querem justificar os assassinatos e desaparecimentos”. “Precisam da política repressiva para implementar sua política ultra-neoliberal com a privatização da empresa petrolífera e a redução dos impostos para os ricos”, frisou.

“A dominação na Colômbia tem peculiaridades, com a violência sendo usada para eliminar o contraditório. Sendo assim, o paramilitarismo é uma filosofia de Estado hiperexcludente, comparada ao fascismo”, descreveu o professor Pietro Alarcón, lembrando os 8 milhões de deslocados pelo conflito interno e os 5 mil militantes da União Patriótica assassinados durante a década de 80.

A Cúpula da União Africana dedicou o ano de 2018 ao líder da luta contra o apartheid sul-africano. Para a ONU, 18 de julho é Dia Internacional Nelson Mandela

Esta quarta-feira (18), a África do Sul e o mundo celebraram o centenário de nascimento de Nelson Mandela, principal líder da batalha contra o apartheid sul-africano, regime em que a ilegal e imoral segregação racial perpetrada contra os negros, que além de originários e com sua ancestralidade naquele território, compunham quase 80% da população, foi instituído em 1948.

A memória de Mandela e de seus exemplos constitui um símbolo importante da luta dos povos por um mundo justo e igualitário. De todos os seus 95 anos de vida, dedicou mais de 70 para o seu povo e país, quando, a partir dos 23 anos, iniciou sua vida política contra a segregação, buscando unir e desenvolver a África do Sul.

Em todo esse tempo, dos quais permaneceu preso em condições subumanas por 27 anos, manteve-se firme aos princípios pelos quais foi ao combate e amargou a prisão na inóspita Ilha Robben.

O reconhecimento à luta de Mandela, a sua dedicação contra a segregação na África do Sul, sua defesa da liberdade, justiça e democracia é um consenso internacional, que levou todos os 192 países membros da Assembleia Geral da ONU, no ano de 1999, a instituírem o Dia de Mandela, celebrado todos os anos no mundo inteiro.

VIDA

Nelson Rolihlahla Mandela, nasceu no povoado de Mvezo, em 1918, e seu clã era chamado de Madiba, apelido pelo qual ficou conhecido. Nelson foi o nome de origem ocidental que recebeu aos 7 anos, durante seu primeiro dia de aula, ao passo que o sobrenome Mandela é herança de um de seus avós, e Rolihlahla é seu primeiro nome, que significa “puxar o galho da árvore”, popularmente traduzido como “agitador”.

Em Joanesburgo estudou na universidade Fort Hare, formando-se advogado na primeira instituição, no país, a aceitar alunos negros. Foi lá que conheceu muitos dos amigos com os quais viria a integrar o Congresso Nacional Africano, a exemplo de Oliver Tambo ou Walter Sisulu. Após concluir o curso de direito, dedicou-se à defesa dos negros contra a discriminação, uma herança caduca dos séculos de colonialismo holandês, a partir de 1652, e depois inglês, após a ocupação de 1795.

As dificuldades já eram significativas mesmo antes do apartheid, porém, com sua instituição, com a segregação ganhando força de lei no ano de 1948, o protesto contra essa aberração passou a ser considerado crime, o que obrigou Mandela e seus companheiros à clandestinidade.

Em uma entrevista de 1961, ao jornalista Brian Widlake, Mandela lança internacionalmente a consigna determinante de que a luta, além do fim da segregação, adquiriria caráter político muito mais geral: “Os africanos exigem, querem, o direito de votar com base em ‘um homem um voto’. Eles querem independência política”.

Sob a violência do governo desferida contra a resistência do povo à segregação, o movimento fez o boicote ao apartheid crescer a cada dia, arrebatando o país e o mundo. Uma luta que fez de Mandela o clandestino e, posteriormente, o preso mais famoso do mundo, o líder do CNA denunciou que a violência desproporcional do governo que mobilizou e “armou a população branca, prendendo 10 mil africanos” inocentes, é uma estúpida “exibição de força por todo o país”.

PRISÃO

Em 1963, Mandela, apesar de lutar por uma causa justa e humana, foi condenado, não sem antes – através de um dos maiores pronunciamentos da História, em que lutadores idealistas humanitários enfrentaram tribunais: “Por este ideal, estou preparado para morrer” – libelo no qual apontou os verdadeiros criminosos, os que privavam os sul-africanos dos direitos mais básicos, impunham o racismo como norma legal e, agora, lhe tiravam a liberdade.

“Nossa luta é uma luta verdadeiramente nacional. É uma luta do povo africano, inspirada por nosso próprio sofrimento e nossa própria experiência. É

uma luta pelo direito de viver. Um ideal pelo qual eu espero viver e que espero ver realizado. Mas, se preciso for, é um ideal pelo qual estou preparado para morrer”, afirmou então.

Durante os 27 anos que se seguiram permaneceu preso sem jamais renegar sua luta, História ou origem em troca de nada, nem por dinheiro ou por sua soltura. Resistiu até que aqueles que o prenderam se rendessem, em 1990, com a África do Sul explodindo em uma guerra civil. Sua liberdade foi seguida de sua eleição e no fim definitivo do apartheid.

Mandela foi eleito presidente nas primeiras eleições democráticas de seu país, ocorridas em 1994. Morreu em 5 de dezembro de 2013, aos 95 anos.

MANIFESTAÇÕES

As comemorações na África do Sul pelo centenário estão sendo preparadas desde janeiro, quando em nota o CNA divulgou que seus dirigentes “concordaram sobre a necessidade de forjar um acordo social entre o governo, os trabalhadores e os empresários” para retomar o caminho de Mandela, único meio “para reconstruir o vínculo de confiança entre o povo e o movimento, restaurando sua dignidade e legitimidade moral”.

O centenário teve como lema, “100 anos de Nelson Mandela: ano de renovação, unidade e trabalho”.

Homenagens foram realizadas por toda a África do Sul, sendo constituídas por extensas programações, incluindo palestras, debates, exibição de filmes, inaugurações de obras do governo, assim como diversas manifestações.

Também em janeiro, na Cúpula da União Africana, realizada na Etiópia, o ano de 2018 foi aprovado como “Ano Nelson Mandela”, com eventos que tiveram início já no encontro e irão se estender pelo continente africano até dezembro.

Por todo o mundo, o centenário de Mandela está sendo lembrado, seja em eventos, a exemplo do concerto com carrilhão com músicas da luta contra o apartheid e o hino da África do Sul, tocado no dia 18, na Universidade de Berkeley, Estados Unidos, entre inúmeros outros, com a divulgação de filmes e relatos históricos.

O atual presidente e dirigente do CNA, Cyril Ramaphosa, comemorou os 100 anos de Mandela na cidade natal do herói sul-africano. Para ele, “Madiba nos conduziu da brutalidade do conflito e da opressão rumo à terra prometida, uma terra de liberdade, democracia e igualdade”.

Na capital do país, Joanesburgo, a terceira e última esposa de Mandela, Graça Machel, liderou uma marcha até o Tribunal Constitucional, órgão que simboliza para os sul-africanos o início da democracia no país.

Mandela não sucumbiu aos interesses anti-populares, a propinas ou rendeu-se ao distanciamento do povo que se traduz no neoliberalismo. Também durante seu governo, após ser eleito presidente em 1994, jamais se envolveu com nenhum escândalo de corrupção nem aderiu a “reformas”, quase sempre tiradas de cartilhas do FMI ou de douts economistas formados em universidades filiadas ao Império, para “ajustar” para pior a vida do povo, enquanto favorecem o rentismo e a pilhagem das riquezas imposta pelos bancos e monopólios dos países “centrais”.

Ressalva importante, quando vemos tristes exemplos, totalmente opostos ao do grande Madiba, seja, em nosso país, com Lula, ou em nosso continente, com Ortega e tantos outros que observamos migrar do caminho progressista para o neoliberalismo, se não para a cadeia, por adesão, velada e travestida de jargões de ‘esquerda’ totalmente alheios a sua prática, passando a empreender generalizado ataque aos direitos dos trabalhadores e a tudo que é popular.

Por isso, a referência no legado de Mandela coloca a exigência do avanço na defesa dos direitos dos povos, da igualdade, da justiça, como meta não somente inarredável, mas passível de consecução. Como declarou certa vez o próprio Madiba: “Muitas coisas podem parecer impossíveis até o momento em que as realizamos”.

GABRIEL CRUZ

Neocons e esquerda de araque: Détente ruim, Guerra Fria bom

CRAIG MURRAY*

Toda a mídia liberal e o establishment político do mundo ocidental revelam sua alma autoritária e militarista hoje com os ataques gritantes e histéricos à própria perspectiva de détente com a Rússia. A paz aparentemente é uma coisa terrível; uma corrida armamentista renovada, com literalmente trilhões de dólares bombeados para o complexo industrial militar e centenas de milhares morrendo em guerras por procuração, é aparentemente o posicionamento “liberal”.

As memórias políticas são curtas, mas apenas 15 anos após o Iraque ter sido destruído e a reação em cadeia ter enviado a maior parte do mundo árabe de volta à idade das trevas, agora é “traição” questionar a palavra das agências de inteligência ocidentais, que deliberada e conscientemente produziram um amontoado de mentiras sobre armas de destruição em massa iraquianas para justificar essa destruição.

Seria mais racional que fosse traição os líderes aceitarem cegamente a palavra dos serviços de inteligência.

Isto é especialmente verdadeiro no “Rússia hackeando a eleição” quando, depois de três anos de acusações enlouquecidas e milhões de homens-hora de advogados e de investigadores da CIA e do FBI, eles ainda estão por produzir qualquer evidência substantiva de acusações que são claramente loucas em primeiro lugar. Este circo ridículo encontrou alguns anúncios no Facebook e indiciou um russo por cada 100.000 homens-hora trabalhados, por ações não especificadas ou menores, que não tiveram qualquer influência sobre o resultado das eleições.

Há, de fato, atos genuínos de fraude eleitoral a investigar. Em particular, as múltiplas ações do establishment do Diretório Nacional Democrata (DNC) e do Partido Democrata para manipular as Primárias contra Bernie Sanders realmente têm algumas provas documentais muito reais que as substanciam, e essa evidência é até mesmo pública.

No entanto, esses atos reais de fraude eleitoral são ignorados e, em vez disso, a enorme investigação está focada em pegar aqueles que **revelaram** a fraude da eleição cometida por Hillary. Isso se torna ainda mais absurdo - a investigação, então, deliberadamente não se concentra em pegar quem quer que seja que vazou a fraude eleitoral de Hillary, mas em vez disso tenta provar que os russos hackearam Hillary, o que eu posso garantir que eles não fizeram. Enquanto isso, aqueles de nós que poderiam ajudá-los com a verdade se eles estivessem realmente interessados, não são questionados de jeito nenhum.

A caça às bruxas russófoba tem sua primeira vítima na vida real em Maria Butina, 29 anos, cuja vida deve ser destruída por conversar com membros da NRA [Associação Nacional do Rifle], a fim de aumentar a influência russa. Com mais de 20 anos de experiência diplomática, posso lhes dizer que todos os países, incluindo o Reino Unido e os EUA, buscam tirar partido de seus próprios nacionais, que buscam um país para levar a vida, e se ganharem alguma força são aproveitados pelo seu serviço de segurança nacional como potenciais “agentes de influência”. Eu poderia citar literalmente dezenas de pessoas assim, mas não tenho vontade de criar problemas para ninguém. Elevar Butina a enorme ameaça e parte de uma trama gigantesca, é ignorar o modo como os Estados Unidos e o Reino Unido e sem dúvida todos as embaixadas dos principais países se comportam no mundo inteiro.

Os falcões de guerra que ficaram devastados pela derrota da campeã de assassinatos Hillary agora vêm a perspectiva de que seu pior medo se torne realidade. Seu maior medo é a eclosão da paz e os tratados internacionais de controle de armas. Portanto, a mídia e o establishment político hoje alcançaram picos de histeria nunca antes vistos. **Perseguir a paz é “traição” e a falsa esquerda agora está completamente exposta.**

**Craig Murray – ex-embaixador britânico, ex-reitor da Universidade de Dundee, ativista dos direitos humanos e escritor*

Economia chinesa cresceu 6,8% no primeiro semestre

O investimento estatal em ativos fixos – que inclui a construção de novas moradias, fábricas, rodovias e portos –, aliado à vigorosa ampliação do mercado interno, fez com que o Produto Interno Bruto (PIB) chinês crescesse 6,8% na primeira metade do ano, atingindo 41,9 trilhões de yuans, o equivalente a 6,27 trilhões de dólares.

Com o resultado, aponta o Birô Nacional de Estatísticas (BNE) da China, o país asiático soma 12 trimestres seguidos de crescimento sustentável entre 6,7% e 6,9%, superando a projeção de 6,5%.

O porta-voz do BNE, Mao Shengyong, frisou que a economia chinesa tem se desenvolvido com solidez nos primeiros seis meses, o que supõe “um bom começo” para as aspirações do país de alcançar um desenvolvimento de alta qualidade com progressos expressivos na reestruturação e na melhoria da eficiência econômica.

Os números positivos se espalham

pelo conjunto da economia. O setor de serviços registrou um avanço de 7,6% no primeiro semestre, superando o ritmo de 3,2% do setor primário e de 6,1% do secundário, acrescentou o BNE.

O mercado interno continua sendo o grande motor do crescimento econômico, sendo o consumo final responsável por 78,5% da expansão registrada entre janeiro e junho, superando os 77,8% do primeiro trimestre e os 58,8% do ano passado.

O mercado de trabalho se manteve estável em junho, mês em que a taxa de desemprego se situou na casa dos 4,8% na área urbana, com leve melhora de 0,1% em relação ao ano passado.

Conforme o Birô Nacional de Estatísticas, a economia chinesa continuará evoluindo de forma estável e sólida durante o restante do ano, porque a demanda interna é agora o fator decisivo para o crescimento econômico relativamente rápido e pujante.

Pau quebra em Washington e Trump desdiz o que havia dito



Em Helsinque Putin presenteia Trump e diz: “agora a bola está na sua quadra”

Putin: “relação Rússia-EUA não deve ficar refém de disputas internas em Washington”

“Não façam a relação da Rússia com os Estados Unidos de refém das disputas internas”, afirmou o presidente russo, Vladimir Putin, em entrevista à rede de televisão norte-americana Fox News, após a cúpula com Trump de Helsinque.

Sobre a acusação do investigador especial Robert Mueller a 12 supostos agentes de inteligência militar russa de ciberataque à campanha de Hillary, Putin disse “não ter o menor interesse” em tal história. “Trata-se de jogos políticos internos dos Estados Unidos”, reiterou.

“Você realmente acredita que alguém agindo do território russo poderia ter influenciado as opiniões de milhões de americanos?”, questionou Putin ao jornalista Chris Wallace, sobre o conto da carochinha da “ingerência russa” nas eleições

de 2016, alegação central da farsa do Russiagate. “A ideia seria hackear um e-mail de uma candidata democrata, mas houve manipulação de fatos? Fatos foram forjados? Não”, apontou.

“Os hackers entraram numa conta de e-mail e lá havia informação sobre manipulações feitas dentro do próprio Partido Democrata para que o processo favorecesse certo candidato” [no caso, Hillary], assinalou o líder russo. Como é amplamente sabido e conforme vazado pelo WikiLeaks, o Comitê Nacional Democrata favoreceu acintosamente Hillary e prejudicou Sanders.

Sobre isso, Putin lembrou que “toda a liderança do partido [democrata] renunciou, eles admitiram que houve manipulação”. Ele reafirmou

que “não houve” interferência russa nas eleições, mas disse que não era mistério que o povo russo torcesse por Trump porque este estava propondo melhorar as relações com a Rússia, invertendo a política de Obama-Hillary de confrontação entre as duas maiores potências nucleares do planeta.

“Está bem claro para mim que esta é apenas uma luta política interna e não é motivo de orgulho para a democracia americana usar métodos tão sujos e rivalidade política”, acrescentou Putin. Para o presidente russo, deveria ser motivo de comemoração que EUA e Rússia hajam trabalhado juntos para que a cúpula de Helsinque ocorresse. “Estamos começando a chegar a um entendimento. A tentativa do Ocidente de isolar a Rússia não deu certo e nunca dará”.

Após 45 dias de espera, mãe mineira é reunida a filho de 9 anos nos EUA

Após uma longa e tenebrosa espera de 45 dias, uma criança brasileira de 9 anos que havia sido sequestrada pelo governo dos Estados Unidos ao tentar cruzar a fronteira, voltou aos braços da mãe no último sábado. Vindos de Cuparaque, Minas Gerais, o menino A e sua mãe W conseguiram uma sentença favorável que possibilitou que o pequeno deixasse o abrigo onde estava em Baytown, no Texas, e aguardar o pedido de asilo em liberdade.

“Independentemente do nosso status migratório, raça, etnia ou cor da pele, deveríamos ser tratados como seres humanos. Estamos aqui porque procuramos saúde e segurança. Infelizmente, não encontrei segurança quando cheguei aqui. Fui colocada numa jaula e tratada como um animal. Eles me algemaram e me tiraram meu filho”, declarou W.

A reunião só foi possível devido ao auxílio do Centro do Trabalhador Brasileiro em Boston, que mobilizou advogados e venceu a disputa. Sem falar inglês, W precisou da ajuda até mesmo para preencher os documentos necessários à libertação do seu filho. Com a ajuda do Centro, a mãe travou uma intensa batalha judicial para

que a família conseguisse se reencontrar.

Cerca de 3 mil crianças e adolescentes continuam presos, confinados em abrigos que mais se parecem celas, amplamente condenados pelas organizações de direitos humanos pelas absurdas regras – que impõem injeções calmantes para os insubordinados –, pela fome e pelo frio a que são expostos.

Os responsáveis pelo Centro informaram que A e W venceram um sistema muito burocrático, com “claras violações dos seus direitos humanos”. “Foi tudo muito emocionante. A reunião deles foi um alívio muito grande, porque todos nós estávamos sofrendo juntos. Ela chorava, não comia e às vezes não dormia. Ficávamos no telefone o dia todo. Sem o apoio dos nossos contatos, não teríamos conseguido isso. O menino não quer falar sobre o que passou no abrigo, mas está bem neste momento”, relatou Natália Tracy, líder do Centro, que conseguiu o apoio de parlamentares para agilizar o processo de reunificação.

“O governo falhou em apresentar um único fato ou base legal para a separação inicial, quanto mais para sua recusa de reunir a família que ilegalmente

quebrou”, apontou Ivan Espinoza-Madrugal, do Comitê de Advogados, que atuou no caso. “É uma campanha deliberada do governo para intimidar e punir imigrantes”, afirmou, acrescentando que o governo tenta inviabilizar que se requeira legalmente o asilo e encorajar “a auto-deportação para poder ser reunido com seus filhos”.

“Estamos sob cerco. Não deveria ser preciso um processo judicial para reunir filhos com os pais”, afirmou Tracy. “Como imigrantes, mesmo nossos direitos humanos fundamentais e direitos civis estão sob ataque”. Com a política de “tolerância zero”, o governo Trump começou a separar as famílias de migrantes que tivessem atravessado a fronteira a partir de abril deste ano, processando criminalmente os pais, enquanto os filhos são encarcerados em condições subumanas.

Diante da crescente reprovação popular, Trump resolveu flexibilizar o escárnio, aceitando dar início ao processo de reunificação das famílias. Por determinação judicial, até o próximo dia 26 de julho todos os menores até 17 anos devem ter deixado os abrigos para onde foram enviados desacompanhados de responsáveis.

Irã processa EUA em Haia por sanções ilegais

O Irã decidiu ir à Corte Internacional de Justiça (CIJ) de Haia contra os Estados Unidos, no último domingo, para denunciar a ilegalidade das sanções econômicas de que vem sendo vítima, uma agressão ao acordo de paz firmado entre os dois países em 1955. Conforme o governo iraniano, Washington “violou e continua a violar múltiplos itens” do Tratado de Amizade, Relações Econômicas e Direitos Consulares, assinado bem antes da Revolução Islâmica de 1979.

O Acordo histórico de 2015 (Plano de Ação Conjunto Global, Jcpoa), do qual o governo de Donald Trump se retirou em maio sem qualquer explicação plausível, submete o Irã a um controle extremamente restrito de todas as suas atividades nucleares, impedindo que o país tenha acesso à arma

atômica que os EUA não só dispõe – como já utilizou, assassinando dezenas de milhares de civis inocentes. Em troca, seriam suspensas as sanções internacionais contra o país persa, com a perspectiva de novos investimentos econômicos, considerados essenciais para impulsionar seu desenvolvimento neste momento. Demais signatários do Jcpoa – França, Alemanha, Inglaterra, Rússia e China – têm defendido a manutenção do acordo, mesmo com a retirada estadunidense.

No documento enviado ao tribunal da Organização das Nações Unidas (ONU) em Haia, o ministro das Relações Exteriores do Irã, Javad Zarif responsabilizou o governo Trump pela “reintrodução unilateral de sanções”, medidas que

violam as cláusulas de tratamento justo e equitativo com a utilização de mecanismos de discriminação a cidadãos e empresas do outro país. Condenando “o desprezo americano à diplomacia e a suas obrigações legais”, Zarif enfatizou que é “imperativo combater o hábito [dos EUA] de violar o direito internacional”.

Conforme o chanceler iraniano, “todos os membros, incluindo os três aliados dos EUA (Berlim, Paris e Londres), se comprometeram e têm a vontade política de resistir aos Estados Unidos”, mas precisam ir além do discurso e tomar medidas efetivas. Para o Irã, o Acordo Nuclear foi resultado de “conversas multilaterais meticolosas, sensíveis e equilibradas”, e não pode ser renegociado, pois equivaleria a ser enterrado.

Risco de uma détente entre as duas maiores potências nucleares abala Washington: “Trump traidor”. Os mais possesores sugeriram até mesmo uma intervenção militar constitucional

A possibilidade, por mínima que seja, de uma retomada de détente entre as duas maiores potências nucleares, causou um turbilhão em Washington, com Trump sendo chamado de “traidor” para baixo e de preferir Putin “aos nossos serviços de espionagem” e até com paração da cúpula com um “novo Pearl Harbour”.

Os mais possesores sugeriam candidadamente, quem sabe, uma intervenção militar constitucional. Diante do que, Trump, deu o dito por não dito, e explicou que concorda com a acusação da CIA de que foi a Rússia que impediu Hillary de vencer a eleição, embora, é claro, não creia em nada disso. E nem pode: ou acabam enfiando o Russiagate goela abaixo dele e corando Hillary. Como disse Putin, ao presenteá-lo com a bola da Copa, “agora a bola está na sua quadra”.

Com US\$ 700 bilhões de orçamento para guerras, intervenções e sabotagens, mais US\$ 75 bilhões para a CIA & NSA, o agora chamado “Estado Profundo”, que o presidente Eisenhower certa vez já chamou de “complexo industrial-militar”, quer que o mundo se exploda, desde que o dinheiro continue a jorrar para as encomendas de armas e bombas nucleares, para as 800 bases e para a chantagem sobre o resto da humanidade, enquanto a paz reina sobre Wall Street.

REALITY SHOW

Com sua “arte de negociar” desenvolvida no dia a dia dos cassinos e reality shows, Trump às vezes consegue a façanha de desagradar a todos, mas para se desdizer, nem precisa de cavalo de pau, basta, como no caso do encontro com Theresa May, culpar as “fake news”.

Por sua vez, neocons e a ala ‘esquerda’ do partido único no poder nos EUA – na genial descrição do escritor Gore Vidal – estão próximos a um ataque apoplético, por causa dos misseis hipersônicos que já protegem a Rússia e do desmascaramento da histeria russófoba com a Copa do Mundo de 2018. Assim, fica difícil demonizar Putin, a Rússia e seu povo.

Por outro lado, a guerra comercial de Trump está uma bagunça, e ninguém sabe no que vai dar. No atual momento, subiu a aposta para sobretaxa de 10% sobre mais US\$ 200 bilhões de importações da China e ameaça a Europa com tarifas sobre os carros importados. Na cúpula da Otan, anunciou que a tabela da ocupação irá subir para 4% do PIB. Fenomenal também nos direitos humanos: contra o aleitamento materno, contra os imigrantes, pró-muro. Sempre que pode, provoca o Irã e bajula Israel.

Se tanta encenação, de parte a parte, vai pesar nas eleições de novembro, é o que fica para ver. Enquanto isso, Trump acaba de remendar, em entrevista à CBS News, que “concorda com as avaliações da inteligência dos EUA de que a Rússia teria se metido nas eleições de 2016”. “Sim, eu já disse isso antes, Jeff [Glor]. Eu já disse isso inúmeras vezes antes e eu diria que é verdade, sim”. “Só posso dizer que tenho confiança em nossas agências de inteligência”.

Trump, porém, não entubou as acusações de “fraqueza” diante de Putin. “Eu discordo totalmente. Eu acho que foi uma forte conferência de imprensa. As pessoas disseram que ‘você deveria ter ido até ele, você deveria ter começado a gritar na cara dele’. Estamos vivendo no mundo real, ok?”.

Ele esclareceu que em seu encontro privado com Putin os dois discutiram a proliferação nuclear, Síria, proteção a Israel. Trump reiterou ter um acordo com Kim Jong Un. “Não há pressa. Não há misseis disparados. Nós temos nossos reféns de volta. Não há testes, então percorremos um longo caminho em um curto período de tempo”.

Pelo Twitter, Trump deu sua avaliação de Helsinque. “Tantas pessoas nos escalões superiores da inteligência adoraram o meu desempenho na conferência. Putin e eu discutimos muitos assuntos importantes. Nós nos demos bem, o que realmente incomodou muitos inimigos que queriam ver uma luta de boxe. Grandes resultados virão!”

ANTONIO PIMENTA



No tempo em que intervir na eleição alheia era bom

“Tanques ao resgate”: “A história secreta de como os ‘conselheiros’ americanos ajudaram Yeltsin a vencer”.

Capa da Times se gaba de como a intervenção do governo Clinton, com dinheiro, marketing, expertise em roubo eleitoral e compra de votos salvou o bebom Yeltsin nas eleições de 1996.

Sem falar que é indiscutível – e confessada com todas as letras – a intervenção norte-americana nas eleições nos mais diversos cantos do planeta. Como na Itália em 1948 ou no Brasil naquela eleição em que o IPES-IBAD fez a

bancada que depois ajudaria no golpe de 1964. Há inclusive gravações em que presidentes norte-americanos decidem o futuro dos países alvos.

Há países em que a embaixada norte-americana nomeia e desnomeia presidentes e ministros, como fez a subsecretária Victoria Nulan, ao mandar a União Européia se f... no golpe na Ucrânia e nomear “Yats” de primeiro-ministro. Sem falar na interferência cometida com invasões, golpes e sanções econômicas.

Os EUA permitiram a reeleição de Yeltsin.

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (18)

O estelionato eleitoral e o roubo tornaram-se a política real – ou principal – dessas tendências políticas que passaram para o neoliberalismo, ou seja, para o lado do imperialismo em sua fase mais antissocial e desumana

CARLOS LOPES

A partir de 1980 – com a eleição de Reagan – o imperialismo entra, na sua própria metrópole, em sua fase “neoliberal”.

Para nós, cidadãos de um país periférico do sistema, um país oprimido, que passamos pela experiência de uma ditadura tramada e sustentada pelos EUA, é difícil, às vezes, perceber o que significou a eleição de Reagan. Tentamos, em um trabalho já antigo, de 2007, traçar, de modo breve, o percurso que levou de Franklin Delano Roosevelt até Ronald Reagan (v. **O “caso Hiss” e o macartismo: o golpismo fascista nos EUA**).

Porém, para entender a questão, basta comparar Reagan com seu antecessor republicano, Richard Nixon, que proclamava: “agora, todos nós somos keynesianos”, quando impôs um **tabelamento** de preços e salários à toda a economia norte-americana.

Nixon também tentou um *modus vivendi* com a China e a URSS – é verdade que, ao mesmo tempo, promovia, na periferia, uma feroz política, com o sanguinário golpe contra o governo do presidente Salvador Allende, no Chile, a 11 de setembro de 1973, o bombardeio em massa de cidades vietnamitas e o apoio bélico maciço a Israel contra os árabes.

A política de Reagan seria, apesar disso, muito diferente, tanto internamente quanto em relação à URSS.

É verdade que, após o fracasso da política neoliberal (em 1982 o PIB dos EUA caiu -1,9%), Reagan transitou para uma política de gastos públicos – porém, gastos essencialmente bélicos, daí a classificação, por alguns economistas, dessa política como um “keynesianismo militar”.

Por mais que a trajetória dos EUA, desde o governo Truman, quando a CIA foi fundada, fosse cada vez mais imperialista, Reagan, além de multiplicar os gastos bélicos, coerente com isso, multiplicou a retórica belicista. Aquilo que horrorizava em Goldwater – quando concorreu contra Lyndon Johnson, em 1964 – a partir de 1980 passou a ser a linguagem oficial do governo dos EUA.

Com certeza, isso não teria o efeito que teve, se a liderança soviética não tivesse se intimidado. Mas, com Gorbachev, isso era – ou mostrou-se – impossível.

É necessário, então, localizar o fator determinante da derrocada soviética naquele momento. Ele não esteve na superioridade – bélica ou moral (Deus!) – dos EUA e de Reagan.

Aliás, do ponto de vista moral, os acontecimentos a partir de Watergate foram todos desfavoráveis ao imperialismo norte-americano, a começar pelos crimes revelados na Comissão Church, que vasculhou a atividade secreta da CIA e outras agências de terrorismo do *establishment* norte-americano (para o leitor interessado nos relatórios da Comissão Church, v. **Church Committee Reports**).

Mesmo antes de Watergate, o massacre de My Lai, no Vietnã, em 1968, onde 504 civis desarmados foram assassinados pelos americanos, inclusive 170 crianças, causou tal horror no mundo, inclusive nos EUA, que poderia servir de ponto final para a nossa descrição da situação moral do imperialismo, se os relatos sobre as operações encobertas da CIA no Irã, no Congo, na Guatemala, em Cuba, na Indonésia, no Chile, não tivessem seguido, como uma enxurrada quase infinita.

Mas não foi tudo – e aqui estamos nos referindo apenas aos pontos mais escandalosos: houve, também, em 1975, o escândalo do programa de “controle de mentes” da CIA, o MKULTRA, estabelecido em 1953, que fez milhares de vítimas, algo somente comparável às experiências “médicas” dos nazistas, investigado pela comissão que tinha como presidente o senador Edward Kennedy (v. **MKULTRA: CIA mutila e assassina milhares atrás do ‘controle da mente’**).

DERROTA

Não é nosso objetivo, aqui, analisar os motivos pelos quais Gorbachev se rendeu aos EUA (outra vez, remetemos o leitor para o livro de Claudio Campos, “**A História Continua**”, para uma abordagem dos problemas, na URSS, após a morte de Stalin).

O importante é que, com o recuo, e, posteriormente, queda da URSS, até mesmo forças que não eram socialistas ou comunistas, até mesmo algumas que, publicamente, eram antissoviéticas – o PT, por exemplo – viram-se sem referencial.

Tomemos um exemplo muito nosso conhecido. Após a ditadura, no Brasil, a Constituinte de 1988 elaborou um texto claramente nacionalista, claramente oposto ao saque e domínio imperialista em nosso país.

Com certeza, havia falhas. Mas a essência da Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, era a defesa do Brasil contra a pilhagem externa.

O que era coerente com a linha que a oposição manteve sob a ditadura, inclusive a oposição parlamentar.

Como lembrou, em livro recente, o ex-deputado e líder da oposição à ditadura na Câmara, Alencar Furtado, o primeiro ato a criar comoção no regime autoritário, após sua derrota nas eleições de 1974, foi a criação, no ano seguinte, da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as multinacionais (CPI das Multinacionais).

Antes das eleições de 1974, e depois da dissolução dos partidos existentes antes de 1964, a oposição nem ao menos conseguia criar uma CPI. Depois dessas eleições, por iniciativa do “grupo autêntico” do então MDB, o presidente do partido, Ulysses Guimarães, assinou o pedido para uma CPI das Multinacionais.

A oposição tinha, finalmente, as assinaturas su-



A promulgação da Constituição, a 5 de outubro de 1988



ficientes para aprová-la e – ao contrário do que fez o PT, mais de 30 anos depois, em 2007, com a CPI para investigar a compra ilegal de órgãos de mídia pelo capital estrangeiro – a direção da Câmara, apesar de apoiar a ditadura, mandou instalá-la.

O nome completo dessa CPI era quase um programa de governo: “*Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o comportamento e as influências das empresas multinacionais e do capital estrangeiro no Brasil*” (v. Alencar Furtado, “**Um Pouco de Muitos: Memorizando**”, Thesaurus, 2017, pp. 165 a 170, e a nossa resenha, **Alencar Furtado, o homem e a história em suas reminiscências**).

O presidente da CPI foi, precisamente, o deputado Alencar Furtado, cearense que fora eleito, pelo partido da oposição, no Paraná.

Foi esse o espírito que, depois, em 1988, prevaleceu na Constituinte.

Sintomaticamente, o PT recusou-se a assinar a Constituição – a mais democrática, popular e nacional das Constituições brasileiras.

Entretanto, apesar do grande apoio popular quando da aprovação da Constituição, dois anos depois o país estava às voltas com as privatizações, iniciadas por Collor, com a devastação de parte do patrimônio da Petrobrás e outras agruras inimagináveis apenas alguns meses antes – e até um confisco geral da poupança, algo absolutamente alucinado, foi realizado, e **aprovado no Congresso**, inclusive por parlamentares que, pouco antes, haviam aprovado e assinado a Constituição, em tudo oposta a esse desastre.

O que acontecera, então? Acontecera que o grande exemplo que existia, no mundo, de ação coletiva, estatal, para o bem estar, independência nacional e combate às desigualdades, depois de anos de estagnação, devido aos erros de sua liderança, agora, com Gorbachev, se rendera aos seus inimigos, e, em seguida, deixara de existir.

Portanto, o elemento determinante dessa queda não

foi a pressão do imperialismo. Ao contrário, foi a renúncia da liderança soviética. Momentaneamente, as forças do progresso e da liberdade haviam sofrido uma derrota. Cumpria tirar as conclusões devidas para continuar o combate.

ESTELIONATO

Como era inevitável, muitos tiraram a conclusão de que era a hora de se arrumar... Nada existia senão o interesse pessoal – e o interesse pessoal mais abjeto, mais mesquinho, aquele que ambiciona alguns trocados deixados no chão por alguns magnatas, ou, até, pelos seus ocasionais intermediários...

O PT, ao contrário da Frente Sandinista ou do Partido Socialista do Chile, nasceu como negação de todo o movimento operário – e, de resto, político – anterior, liderado por trabalhistas e também pelos comunistas. Daí aquela coisa ridícula que alguns apelidaram, muito justamente, de “concepção Cine-Hora da história”.

Cine-Hora foi um cinema do Rio de Janeiro que tinha como slogan “a sessão começa quando você chega”. Assim, a História do Brasil, para o PT, começara depois da greve de 1978, em São Bernardo do Campo, quando Lula era presidente do sindicato local. Nada existia antes disso. Quando algum ideólogo petista se referia ao período anterior, era apenas para dizer que o “populismo”, o “getulismo” – tratado como uma modalidade do fascismo – dominara aquele período anterior

Em seu relato sobre o apodrecimento de Daniel Ortega e sua *entourage*, publicado na **HORA DO POVO**, Maria Mercedes Salgado, do Coletivo de Nicaraguenses no Brasil pela Nicarágua, descreve que o primeiro movimento da traição orteguista foi em 1995 – precisamente, quatro anos após a dissolução da URSS. Podemos dizer que tal

aconteceu também em outros países.

Aqui, nos dispensamos de ser precisos quanto às datas, porque, para nossos objetivos, não é necessário.

Basta mencionar, por exemplo, que a nacionalização da indústria do cobre, feita pelo presidente Salvador Allende, do Partido Socialista do Chile, foi, provavelmente, o maior acontecimento da história econômica chilena. Como disse, então, Allende, o cobre, principal riqueza mineral do país, era “o salário do Chile” – a produção chilena é a maior do mundo, hoje, nada menos que cinco vezes a do segundo colocado, os EUA, e 1/3 da produção mundial.

Portanto, é evidente que o Chile necessitava controlar a sua própria riqueza – daí, a nacionalização da indústria do cobre, que, apesar de uma lei de Pinochet com vários favorecimentos ao capital estrangeiro, permaneceu, mesmo sob a ditadura.

Pois é esse feito de Allende e do povo chileno que Ricardo Lagos e Michele Bachelet, também do Partido Socialista, se dedicaram a acabar, após a queda de Pinochet, entregando a principal riqueza do Chile às multinacionais (Orlando Caputo, que, durante o governo Allende, foi presidente da estatal chilena de extração do cobre, denunciou detalhadamente esse crime. V., por exemplo, Orlando Caputo e Graciela Galarce, “**La desnacionalización del cobre que nacionalizó Salvador Allende (I). ¿Sorpresas de Bachelet también en el cobre?**” e “**La desnacionalización del cobre que nacionalizó Salvador Allende (II). Lo que todos callan: Las ganancias de las empresas extranjeras en el cobre**”).

Orlando Caputo lembra, nesses artigos, algo que nos é conhecido: a política de traição dos “socialistas” Bachelet e Lagos, em relação ao cobre, foi um estelionato eleitoral. Ambos foram eleitos com programas que diziam exatamente o contrário do que fizeram.

Se isso foi verdade dentro de forças que, em geral, tiveram uma história imensamente mais revolucionária que o PT, pode-se imaginar neste último o que ocorreu. Aliás, nem é preciso imaginar: com Lula e Vaccari – e seus aliados Sérgio Cabral, Geddel, Cunha – presos, e alguns mais, ninguém precisa de imaginação para constatar a bancarrota moral petista.

O estelionato eleitoral e o roubo tornaram-se a política real – ou principal – dessas tendências políticas que passaram para o neoliberalismo, ou seja, para o lado do imperialismo em sua fase mais antissocial e desumana.

Acima, citamos Alencar Furtado. Em seu livro, um impressionante apanhado de memórias e citações, ele transcreve uma frase:

“*O PT é como macarrão: só é duro até entrar na panela.*”

Segundo Alencar, a frase é do humorista José Simão. Dificilmente seria possível outra síntese tão perfeita.

ORIGENS

O PT, ao contrário da Frente Sandinista ou do Partido Socialista do Chile, nasceu como negação de todo o movimento operário – e, de resto, político – anterior, liderado por trabalhistas e também pelos comunistas.

Daí aquela coisa ridícula que alguns apelidaram, muito justamente, de “concepção Cine-Hora da história”.

Cine-Hora foi um cinema do Rio de Janeiro que tinha como slogan “a sessão começa quando você chega”.

Assim, a História do Brasil, para o PT, começara depois da greve de 1978, em São Bernardo do Campo, quando Lula era presidente do sindicato local.

Nada existia antes disso. Quando algum ideólogo petista se referia ao período anterior, era apenas para dizer que o “populismo”, o “getulismo” – tratado como uma modalidade do fascismo – dominara aquele período anterior.

De modo geral, as massas no Brasil jamais haviam feito outra coisa, além de serem enganadas e usadas pelas elites. Só isso e nada mais.

É dessa concepção que deriva a retórica do “nunca antes na história deste país”, que marcou o discurso de Lula, quando presidente.

Como existem, hoje, muitos que não viveram aquela época, é preciso lembrar que o principal alvo do PT, sob a ditadura, jamais foi a ditadura. Era, antes, o PMDB de Ulysses Guimarães – de quem Lula recusou o apoio, no segundo turno das eleições de 1989 – e o PDT de Leonel Brizola – a quem ele, com a ajuda maciça da mídia reacionária, deslocou do mesmo segundo turno das mesmas eleições.

Continua na próxima edição